

Mídia: fábrica de verdades?

Ana Paula Brandão

Ana Paula Goulart Ribeiro

Eliene Amorim de Almeida

Inesita Araújo

Ivone Gebara

Joel Zito Araújo

Laerte Magalhães



Revista bimestral de KOINONIA
Janeiro/fevereiro de 2001
Ano 23 n° 315

KOINONIA Presença Ecológica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Telefone (21) 224-6713
Fax (21) 221-3016
E-mail koinos@ax.apc.org
www.koinonia.org.br

CONSELHO EDITORIAL

Emir Sader
Francisco Catão
Maria Emília Lisboa Pacheco
Maria Luíza Rückert
Sérgio Marcus Pinto Lopes

CONSELHO CONSULTIVO

Carlos Rodrigues Brandão
Ivone Gebara
Jether Pereira Ramalho
Jurandir Freire Costa
Leonardo Boff
Luiz Eduardo Wanderley
Rubem Alves

EDITOR

José Bittencourt Filho

EDITORA ASSISTENTE E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Helena Costa
Mtb 18619

EDITORA DE ARTE E DIAGRAMADORA

Anita Slade

COPIDESQUE E REVISOR

Carlos Cunha
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
Mara Lúcia Martins

CAPA

Ilustração Calicut

PRODUÇÃO GRÁFICA

Roberto Dalmaso

FOTOLITOS

GR3

IMPRESSÃO

Clip

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da Revista.

Preço do exemplar avulso
R\$ 3,00

Assinatura anual
R\$ 18,00

Assinatura de apoio
R\$ 25,00

Assinatura/exterior
US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

KOINONIA**Cidadania, solidariedade****6****MÍDIA: FÁBRICA DE VERDADES?****ENSINO****A experiência do Canal Futura****7**

Ana Paula Brandão

IMAGENS**Televisão e indianidade****13**

Inesita Araújo

IDENTIDADE**Educação e escolas indígenas****22**

Eliene Amorim de Almeida

MÁSCARA**Telenovela e racismo****26**

Joel Zito Araújo

DEBATE**Objetividade e autoridade jornalística****28**

Ana Paula Goulart Ribeiro

ENUNCIADOS**Produção e disputas de sentido na mídia****32**

Laerte Magalhães

BARGANHA**O complô do silêncio na mídia****38**

Alberto Dines

TEOLOGIA**Da surdez da comunicação****40**

Ivone Gebara

PROCLAMAÇÃO**O nosso fórum e o deles****43**

Marcelo Carvalho

RUBEM ALVES**Sobre cebolas e escolas****45**

Mais uma vez, reaparece a temática

recorrente em torno da mídia. Persiste o embate entre os "donos da verdade" e do "pensamento único" e a opinião pública, embate este que se verifica no processo de 'construção da verdade', e no qual todas as vezes não podem ser ouvidas com o mesmo timbre, nem com o mesmo alcance. Como é sabido, nesse terreno, a mídia ocupa uma posição estratégica que merece ser avaliada em seus variados ângulos e perspectivas; é o que se pretende nesta edição.

É oportuno precisar a que meios estamos nos referindo. Da mídia com M maiúsculo, integrada pelos veículos de comunicação de massa? Da mídia que reúne as rádios de Tvs comunitárias, popular por definição? Ou da Internet, a top model da mídia atual? Nos limites do possível, já que não nos cabe exibir um panorama abrangente, apenas tentamos girar com cuidado e atenção o caleidoscópio que caracteriza a mídia nacional. Isso, evitando posições preestabelecidas, do tipo das que opõem o 'apocalíptico' ao 'integrado', um giro que pretende elucidar quais são os pontos de equilíbrio, tensão e ruptura entre as funções simultâneas da mídia, tanto de instrumento ideológico das elites, quanto de instrumento de subversão ideológica.

Para isso, como se diz, buscamos unir o útil ao agradável. Introduzimos a discussão sobre a mídia, enfatizando algumas das suas propostas educativas e da produção de subsídios para a formação de mentalidades. Em outras palavras, conseguimos reunir duas temáticas preciosas para nós e para vocês. Por meio dessas reflexões presumimos que seja possível deslindar o modo como os meios de comunicação constroem verdades e alimentam opiniões. Felizmente, o 'rolo compressor' do pensamento único começa a mostrar sinais de debilidade, em virtude das contradições do modelo econômico, que não consegue cumprir suas promessas mirabolantes, tão em voga ao longo da década passada. No caso brasileiro, na medida em que se avizinham as eleições presidenciais, a unanimidade midiática em torno do atual governo parece ir cedendo terreno para uma postura mais crítica que, pelo menos, coloca em dúvida algumas "certezas" que circularam por tanto tempo nos meios de comunicação de massa e que, em larga medida, ensejaram a reeleição de Fernando Henrique. As eleições municipais foram um primeiro passo na direção de novas alternativas, inspiradas em modelos de exercício da cidadania, menos alinhados ao esquema dominante. Resta saber o alcance da divulgação recente dos indicadores sociais, que configuram um quadro de profundas contradições, posto que demonstram a solidez da concentração de renda, motivo principal dos dramas sociais e que assistimos. Por isso mesmo, incluímos uma súmula dos resultados do fórum social internacional; um resultado destes tempos de (re)construção da verdade histórica.

Faça bom proveito!

KOINONIA é uma instituição ecumênica assim como ecumênica é a alegria, a paz, a construção, a liberdade e também a tristeza, o medo, a destruição, o esmagamento da vida. No conjunto dos servidores, KOINONIA tem representantes dos que crêem (católicos, protestantes e outros) acima de tudo, no Deus da Vida, da Justiça e da Paz, e ainda representantes de entidades ecumênicas e do movimento social. Pela solidariedade e pela dignidade; contra quaisquer expressões da exclusão e da submissão humana, KOINONIA (em grego, comunhão) afirma seu compromisso radical ecumênico e quer fazer-se sempre presença e serviço.

Biblioteca - Koinonia

(X) Cadastrado

(X) Processado

Agradeço a dedicação e o trabalho de vocês na edição desta revista. Espero com expectativa as novas edições. Que o Deus bondoso continue dando força e disposição a todos(as) para esta importante tarefa. Com este cheque nominal estou renovando a assinatura.

Atenciosamente,

Amélia L. Cabentroth

Horizontina/RS

Há cerca de um ano, ganhei de presente de meu irmão a assinatura da Revista TEMPO E PRESENÇA. Durante esse tempo pude partilhar das opiniões sempre oportunas, às vezes contundentes, de seus artigos. Segue a solicitação para renovação da assinatura por mais um ano.

Gostaria de aproveitar para ressaltar o artigo da página 31 da edição 314, de Leonardo Boff, sobre a infeliz declaração do Cardeal Ratzinger.

Sou de família católica tradicional e, há vinte anos, casei-me com uma jovem da Igreja Presbiteriana. Naquela ocasião tivemos muitas dificuldades para a realização do ritual chamado 'casamento misto'. Previsto já pelo Direito Canônico, não encontrava quem assumisse a cerimônia. No máximo a Igreja Católica aceitava uma celebração na sacristia, sem a presença de convidados. De preferência, que a outra parte renegasse a sua fé, o que era também condição da Presbiteriana (e outras igrejas evangélicas).

Por meio de interferência dos Monjes Beneditinos do Rio de Janeiro, consegui autorização para que o casamento fosse realizado num templo

'protestante' e, em março de 1981, concretizamos nosso sonho na Igreja Metodista em Barbacena/MG. Digo sonho, porque imaginava estar abrindo portas para outros jovens que ainda hoje se encontram na mesma situação, muitas vezes partindo para a legalização apenas 'no civil'.

É bom lembrar que pertencer à mesma confissão religiosa não garante a continuidade do casamento. Exemplos não faltam para qualquer um, de uniões que nem chegam ao primeiro aniversário. Minha família causa até admiração pela maneira como conseguimos conviver nossa crença. Tanto minha esposa como eu somos participantes nas respectivas Igrejas.

Temos hoje dois filhos, também atuantes no ambiente onde se encontram. Além da nossa fé em Cristo e na Família, nos une o gosto pela Música, e através dela estamos presentes em nossa comunidade e nas igrejas.

Voltando ao artigo, podemos dizer: ainda bem que o estrago não foi tão grande. O Cardeal conseguiu balançar as estruturas que cada um de nós tem procurado erguer em direção ao Ecumenismo. Mas não conseguiu quebrar as colunas de nossa obra. Continuemos o nosso esforço. Demonstrando nosso propósito, iremos isolar aquela infeliz declaração.

Fernando Eugênio de Oliveira

Areádo/MG

Renovar a assinatura da revista TEMPO E PRESENÇA e estendê-la aos amigos, é mais do que um dever, se constitui numa ação política sobretu-

do porque é a certeza do acesso a imprensa comprometida com a formação dos leitores cidadãos. Parabéns à equipe de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço pelo nível de reflexão e crítica que nos foram proporcionados através dos artigos publicados no decorrer do ano 2000, e um 2001 repleto de prosperidades, que vocês continuam colaborando com o fazer a história da nossa gente.

Waldecir Ferreira Chagas

João Pessoa/PB

Aproveito a oportunidade de expressar minha satisfação com a revista, que tem sido útil em vários trabalhos junto à população de periferia do nosso Estado. Por esse motivo, fizemos a assinatura para a nossa paróquia, onde tentamos, nas comunidades, aumentar o grau de consciência e até de conhecimento sobre a nossa realidade.

Finalizo esta comunicação, envidando um frutífero ano novo para todos em KOINONIA e em especial para Atílio Iulianelli.

Jean Marie Van Damme

Por e-mail

Aproveito para parabenizar pela qualidade das edições de TEMPO E PRESENÇA e desejar a todos um ano novo de muita paz, amor e justiça social. Que o amor ecumênico de Deus tome os corações.

Hélio Ázara de Oliveira

Por e-mail



Cidadania, solidariedade

Igrejas e organismos ecumênicos têm se voltado cada vez mais para a problemática da Aids em todo o mundo e, em decorrência, adotam diferentes tipos de atuação. Dentro dessa linha ocorreu em julho de ano passado uma importante consulta internacional (*Own the Aids Challenge*) promovida pela Norwegian Church Aid (NCA) na cidade de Durban (África do Sul), antecedendo a Conferência Internacional de Aids.

A presença nesse evento nos permitiu conhecer realidades e atividades desenvolvidas em diferentes países e visitar projetos em desenvolvimento. Tivemos a oportunidade de verificar *in loco* parte da terrível situação africana (dois terços das pessoas infectadas pelo HIV no mundo vivem na África), bem como estabelecer paralelos com o que ocorre em nosso país. Pudemos comprovar que, ao menos com relação à Aids, nosso país apresenta experiência e qualidade técnica inegáveis, e que a política desenvolvida pelo Ministério da Saúde do Brasil representa um esforço exemplar que tem sido alvo de elogios internacionais. Entretanto, em nosso país, a Aids está longe de apresentar um quadro tranquilizador, tanto pela quantidade de doentes notificados (perto de 200 mil) como por suas características. Dados epidemiológicos dos últimos anos apontam importantes tendências: a interiorização da doença – que se está disseminando por

tudo o território nacional e vem crescendo em cidades menores; o alastramento cada vez maior entre as camadas mais pobres; o crescimento do número de doentes entre os jovens – o que lança projeções quanto ao reflexo deste fato sobre a força de trabalho; o crescimento do índice de mulheres infectadas, que foi de 75% entre os anos de 1994-98, último período analisado pelo Ministério da Saúde. Também se detecta grande crescimento do número de casos decorrentes da transmissão heterossexual, o que tem contribuído ainda mais para o aumento do número de mulheres com HIV.

Ao se analisar o quadro da Aids, em especial sob o ponto de vista socioeconômico verifica-se que, embora esta atinja todas as camadas sociais, a grande parte dos doentes é composta de pobres e miseráveis e que não são atingidos pelas medidas de prevenção. A situação das casas de apoio – locais que recebem doentes que não têm para onde ir – também é complexa pois não atendem à demanda constante.

Cada um dos itens apresentados mereceria uma reflexão maior, quer pelos reflexos sociais, quer pela projeção destes para o futuro. Esse quadro nos remete a questões várias, dentre elas o papel da Igreja. Principalmente se considerarmos suas características específicas enquanto grupo organizado que, pela sua ampla inserção social é capaz de atingir os mais dife-

rentes segmentos sociais estando em contato com a realidade. Fatos que contribuem para configurar a Igreja em instituição privilegiada no sentido de sua capacidade de intervenção social.

Nos múltiplos discursos que permeiam a sociedade, e que muitas vezes são utilizados pelos meios de comunicação, verifica-se a utilização frequente de palavras como: ética, responsabilidade, cidadania, solidariedade, compaixão, caridade. Esse tipo de prática, tantas vezes repetida, acaba por esvaziar o significado dessas palavras retirando-lhes o sentido original e transformando-as em “figuras de retórica”. Acreditamos que tais palavras teriam que ser repensadas e ter o seu significado resgatado, de forma a poderem se transformar em força, em ação, em instrumento de modificação social. Neste ano internacional do voluntário, caberia ainda perguntar qual seria realmente o papel dos cristãos que se assumem como tal, e o que poderia ser feito se fosse resgatado o sentido de certas palavras, de forma que “cidadania”, por exemplo, deixasse de ser apenas vocábulo sonoro. Ao analisar, historicamente, o importante papel desenvolvido pela Igreja e a força social que ela detém, acredita-se ser plenamente possível que conceitos como “Cidadão do Reino” se pudesse transformar em força social de transformação a serviço do próximo. ☒

A experiência do Canal Futura

Ana Paula Brandão

Aprenda-se sobre "ensino à distância", telessalas, teleaulas; leia-se sobre "discurso" e descubra-se o "ritual" como fazedor de restrições. Saiba-se por que a iniciativa privada tanto se interessa pela "educação à distância" e por que não são mecenas mas patrocinadores. À distância podem-se gerar consumidores ideais

O Canal Futura nasceu com um propósito: disseminar a educação. O Futura tem como princípios educativos que orientam a sua programação: ética; o incentivo ao espírito comunitário e ao espírito empreendedor; e a valorização do pluralismo cultural. São esses os princípios básicos deste canal, que se diferencia de todos os outros por um criterioso trabalho de mobilização comunitária. Na prática, isso significa que, além de uma programação cuidadosamente elaborada, você dispõe do apoio contínuo de uma equipe de profissionais de educação para levar o Futura até sua comunidade e garantir a eficácia da ação educativa.

(Fonte: <http://www.futura.org.br>)

Resultado de um projeto idealizado pela Fundação Roberto Marinho (FRM) e mantido por quinze parceiros comerciais, o Futura foi ao ar em setembro de 1997, prometendo, através de sua programação e de atividades dirigidas, a "eficácia da ação educativa". Bastou esta última frase para que fosse disseminada uma série de questionamentos que deram origem a este trabalho.

Garantir a eficácia da ação educativa é emblemático; por exemplo, qual o tipo de educação, melhor, qual a linha educativa que, a implementadora do Canal, quer difundir? Como pode garantir a eficácia de uma ação educativa? Como a Fundação analisa os resultados de sua ação educativa para

saber se são realmente eficazes? O que é, para ela, uma ação educativa eficaz? Como um canal de televisão pode ser educativo? O que é uma televisão educativa?

Como o Canal Futura, sendo um canal privado, sem fins lucrativos, mantido exclusivamente por empresas privadas, consegue manter independência em sua linha editorial e manter seus princípios — ética; o incentivo ao espírito comunitário e ao espírito empreendedor; e a valorização do pluralismo cultural — descritos em sua missão?

DA IDÉIA À CONCEPÇÃO: DA EXPERIÊNCIA DO TELECURSO AO FUTURA

Aproximar no tempo das telecomunicações é (...) inversamente afastar no espaço (Paul Virilio)

Educação à distância é uma modalidade educacional que tem por objetivo atender a grandes contingentes de alunos de forma efetiva, mas obedecendo, em última análise, a uma separação física entre professor e aluno. Contudo, pode haver (e quase sempre há) alguma porção de contatos presenciais.

Isto significa que no ensino à distância o contato entre esses dois personagens é mediado, isto é, o ensino e aprendizagem ocorre por outros recursos que não a exposição oral de um professor. Essa mediação pode ser realizada por intermédio de várias técnicas

A televisão é ainda vista
pela escola como antítese
da produção de
conhecimento, sendo
tratada apenas como
espaço de diversão e
espetáculo

e/ou meios. No nosso caso, interessa à educação à distância que utiliza a televisão como meio. Ou seja, é educação à distância porque quem está ensinando — o ‘ensinante’ — está ‘especialmente distante’ (e também distante no tempo) de quem está aprendendo — o ‘aprendente’. O termo ‘distância’ pode se referir tanto a uma categoria espacial como também ao tempo.

O uso da tecnologia na promoção da educação existe justamente para suprir essa distância visto que a educação e a aprendizagem, embora aconteçam dentro do indivíduo, devem ser mediadas pelos contatos do indivíduo com o mundo que o cerca, em especial, por meio de seu contato com outras pessoas, seja ‘cara a cara’, seja ‘remoto’ — “virtual”, no sentido de que não envolve a ‘contigüidade espaço-temporal’ das duas pessoas.

Quando se fala em tecnologia, tendemos a pensar em computador, internet e outras ferramentas mais recentes. Mas, o conceito de tecnologia é muito mais amplo: tecnologia, segundo o Dicionário de Filosofia (Lalande), é o estudo dos procedimentos técnicos, naquilo que eles têm de geral e nas suas relações com o desenvolvimento

da civilização. Diante do impacto que as novas tecnologias têm sobre nossas vidas e sobre a educação, ficamos tentados a minimizar, erroneamente, o papel da fala e da escrita na atividade educativa; mas ambos são essenciais, tanto nas atividades presenciais quanto nas remotas.

Quando se fala em tecnologia na educação, falamos também nas outras tantas que o ser humano criou e que afetaram profundamente a educação: a fala baseada em conceitos e não meramente denotativa, a escrita alfabética, a imprensa, e, sem dúvida alguma, o conjunto de tecnologias eletro-eletrônicas que a partir do século XIX começaram a afetar nossa vida de forma revolucionária: telégrafo, telefone, fotografia, cinema, rádio, televisão, vídeo, computador, hoje todas elas digitalizadas e integradas ao computador.

A TELEVISÃO COMO MEDIAÇÃO

O mais comum hoje é observarmos o distanciamento entre a educação tradicional, aprendida nas escolas, e a que é apreendida no dia-a-dia desta era tecnológica. Há que se pensar sobre a questão da inserção da educação nos complexos processos de comunicação da sociedade atual. Como adaptar a estrutura escolar hermética tradicional à nova realidade, a este ‘saber mosaico’ que circula na sociedade? (Marcondes Filho: 1994, 18-21)

A televisão — e também qualquer nova tecnologia — é ainda vista pela escola como a antítese da produção de conhecimento, sendo tratada apenas como espaço de diversão e espetáculo.

Mas ao ser acusada pela escola de todos os males e vícios que cercam a juventude, a televisão revela justamente o que os novos regimes da imagem catalisam de mudança na sociedade: o deslocamento das fronteiras entre razão e imaginação, entre saber e informação, natureza e artifício, arte e ciência, a conexão das novas condições de saber com as novas formas de sentir e as novas figuras da sociedade. Ou seja, a televisão promove a emergência de uma nova subjetividade e de um novo projeto de saber que questiona o caráter monolítico e transmissível do conhecimento, que revaloriza as práticas e as experiências, que busca um saber mosaico. (Martín-Barbero: 1998, 4)

A imagem e as novas tecnologias podem e devem ser usadas no campo da educação como um eficiente dispositivo de produção de conhecimento, servindo ora como campo mediador de toda a fluidez informativa, ora como provedor de conhecimento. Se a escola é o local onde o aluno deve ter contato com novas formas de conhecimento, então é fundamental que ela explore de maneira criativa e crítica os meios massivos e as tecnologias informáticas.

A televisão pode ser usada como importante meio de socialização e, se usada corretamente, pode ser importante auxiliar no aprendizado. Para isso, há que se planejar uma programação diferenciada, privilegiando estratégias didáticas e comunicacionais, selecionando conteúdos e organizando-os de maneira lógica.

A Fundação Roberto Marinho desenvolve, desde 1978, um projeto de

Se a escola é o local onde o aluno deve ter contato com novas formas de conhecimento, então é fundamental que ela explore de maneira criativa e crítica os meios massivos e as tecnologias informáticas

teleducação chamado Telecurso. Foi esta experiência que deu suporte à concepção de um canal educativo diferente, que não se restringisse a apenas apresentar programas educativos e/ou culturais, mas que fosse até a comunidade e, junto do seu público, realizasse ações mobilizadoras, de maneira que a programação do canal fosse trabalhada em prol das necessidades da região. Para tanto foi criado o setor de Mobilização Comunitária, responsável por organizar a recepção e o planejamento da utilização pedagógica dos programas do *Canal Futura*.

A organização da audiência acontece pela realização de um conjunto de ações com o objetivo de sensibilizar e organizar grupos e voluntariado em empresas, instituições educacionais e comunitárias para recepção e interação com a programação do Canal.

Com esta organização da audiência, cria-se a possibilidade de uma construção local junto com os diversos públicos, o que permite que cada grupo possa utilizar a programação, considerando suas próprias especificidades, interesses e prioridades. (Fonte: *Síntese*

das Atividades da Mobilização Comunitária do Futura)

Efetivamente, uma equipe de cinquenta e dois mobilizadores em todo o País, coordenados por este setor na Fundação, vai até a comunidade e/ou instituição para ensinar a utilizar a programação do Canal, dirigir atividades pedagógicas e formar líderes comunitários. Nos gráficos, veja o perfil da audiência dirigida do *Canal Futura*.

"INDO ATÉ ONDE O POVO ESTÁ..."

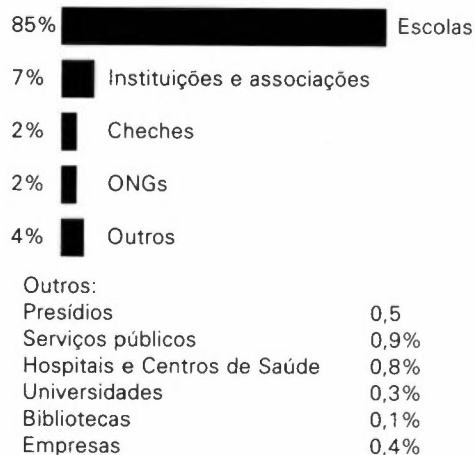
Essa é a idéia da *Futura*, dirigir não somente o seu conteúdo programático, mas também a recepção destes conteúdos. Observe a fala de Vilma Guimarães, Gerente de Mobilização e Implementação da FRM:

Uma ação educacional exige outras atividades: planejamento, acompanhamento, avaliação, capacitação de recursos humanos, utilização adequada da imagem, do programa e da própria informação. Assim as informações podem se transformar em conhecimento. Você pode veicular muita informação e ela não ser transformada em conhecimento. (Fonte: Informativo da Mobilização Comunitária)

Ou seja, a ação do *Futura* vem em oposição às outras experiências realizadas utilizando a televisão como ferramenta. É uma resposta crítica a programas pouco eficazes de teleducação, inclusive os da própria Fundação:

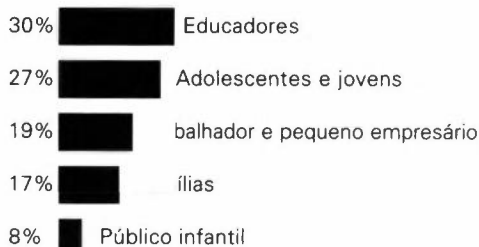
As experiências com o Vídeo Escola, Telecurso, Telecurso 2000, Ciranda da Ciência, com o prêmio Jovem Cientista, e vários outros projetos da Fundação, nos mostraram que não bastava um canal ter excelente progra-

AUDIÊNCIA DIRIGIDA: PERFIL



Base: novembro de 2000

PROGRAMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO POR PÚBLICO ALVO



Base: agosto de 2000

mação educativa se não desse conta de um outro fator fundamental: a organização da recepção e o planejamento da utilização pedagógica desses programas. (Fonte: Informativo da Mobilização Comunitária)

O *Canal Futura* acredita, a partir do *know how* adquirido através da implementação desses projetos anteriores pela Fundação que, independentemente da qualidade da programação educativa, faltava uma organização da recepção e um planejamento pedagógico para que as ações fossem efetivas e

O ritual define a qualificação que os indivíduos devem possuir; define os gestos, os comportamentos, enfim, todo o conjunto de signos que acompanham o discurso

dessem os resultados esperados. Há que se ressaltar que esta é uma iniciativa única, inédita; um projeto que, mesmo ainda engatinhando, merece ser alvo de uma avaliação criteriosa, elaborada por especialistas da área de educação e comunicação.

PARCERIA OU PATROCÍNIO

Em 1985, começava a segunda versão do Telecurso 2º Grau, resultado da parceria entre a Fundação Roberto Marinho, o Ministério da Educação e a Fundação Bradesco, que pôs em circulação novecentos programas de TV e quinhentos de rádio. Essa etapa é particularmente interessante porque inaugura a parceria com a iniciativa privada, no caso a Fundação Bradesco.

O Telecurso 2000, a mais recente versão dos telecursos, iniciou-se em 1994, quando a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) substituiu a Fundação Bradesco como parceira da Fundação Roberto Marinho. A entrada da FIESP é ainda mais significativa da tendência da iniciativa privada em prover e promover a educação; é também o embrião da idéia da criação de um canal educativo privado, o *Futura*. Veja a fala do

então presidente da FIESP, Carlos Eduardo Moreira Ferreira:

O empresariado, assim como outros segmentos sociais, precisa encarar o desafio da educação. No quadro de crise e de quase falência do sistema educacional, todo esforço que for preciso fazer será válido. É nesse contexto que vejo a parceria da indústria paulista com a Fundação Roberto Marinho. (Fundação Roberto Marinho: 1998, 27)

Além da exibição por emissoras de televisão, o Telecurso 2000 passou a ser utilizado em projetos especiais, com a implantação de telessalas. As telessalas são locais onde os alunos

assistem às teleaulas e desenvolvem atividades orientadas pelos professores e é hoje o carro-chefe do projeto Telecurso 2000. São, até o mês de julho de 2000, 600 telessalas implantadas no Brasil todo.

Reside nas empresas e sindicatos a maior quantidade de telessalas, o que demonstra o crescente interesse no aperfeiçoamento do trabalhador. Essa tendência de 'formação do trabalhador' é uma das mais fortes características do novo Telecurso e também do *Canal Futura*: a formação de um trabalhador mais produtivo e mais capaz, afinal, o projeto está sendo financiado pelo próprio empregador.



Carlos Carvalho

Contrastes brasileiros: tecnologias sofisticadas e incentivos financeiros versus carência de recursos elementares

A feitura de produtos culturais está sendo mais constantemente associada a uma forma de poder. Isso ocorre porque é cada vez mais gritante a mercantilização da cultura — em detrimento do social e do político

O público-alvo do Telecurso constituiu-se, em sua maioria, de adultos que não conseguiram terminar os estudos. Estes adultos freqüentam telessalas dentro do próprio ambiente de trabalho ou em escolas que adotam o Telecurso como recurso auxiliar ao ensino.

Ora, ambos os lugares são espaços de controle dos discursos, logo, de controle social. O local de trabalho e, principalmente, a escola têm-se constituído mecanismos de controle do discurso, impondo aos indivíduos que o pronunciam um certo número de regras e não permitindo o livre acesso de todos. (Foucault: 1996, 36-37)

Michel Foucault aponta o ritual como sendo a forma mais superficial e mais visível desses sistemas de restrição: o ritual define a qualificação que os indivíduos devem possuir; define os gestos, os comportamentos, enfim, todo o conjunto de signos que acompanham o discurso. Para serem aceitos, para participarem do jogo, para serem entendidos e se fazerem

entender, têm de fazer parte do ritual, afinal tanto o local de trabalho, como o sistema de ensino nada mais são do que um local de ritualização da palavra: “Todo sistema de educação é uma maneira *política* de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.” (Foucault: 1996, 44)

Da mesma maneira, a missão do *Futura* é mais que educar, é apresentar um projeto alternativo de educação para o Brasil. Esse é um projeto político, não só do *Canal Futura* e da Fundação Roberto Marinho, como de todos os seus parceiros comerciais. Nosso objetivo aqui não é julgar a procedência ou legitimidade de tal afirmação, é, sim, marcar, através da observância da voz polifônica que caracteriza o Canal, como este projeto vem sendo montado; é identificar o conflito de interesses que há na relação entre capital e educação e a disputa entre os discursos tecnológico e cultural que atravessam a programação do Canal. É pensar como uma estrutura midiática é organizada para servir a um projeto educativo. Como o meio televisão é organizado para servir ao projeto educativo (e político) da Fundação Roberto Marinho.

A feitura de produtos culturais está sendo mais constantemente associada a uma forma de poder. Isto ocorre porque é cada vez mais gritante a mercantilização da cultura — em detrimento do social e do político — e, conseqüentemente, há o crescente interesse de a iniciativa privada investir neste setor. Quando temos empresas do porte de Sadia, Odebrecht, Rede Globo,

PANORAMA COMPLEXO

Estabelecida como meio de comunicação definitivo, mais que uma moda passageira, a internet ainda desperta discussões acerca de seu real alcance para além dos grandes centros de poder e riqueza. Dados de um estudo elaborado pelas Nações Unidas atestam que menos de 5% da população do planeta usam a internet. Esta porcentagem é desigualmente distribuída pelo globo, chegando a extremos como o fato de haver mais internautas na cidade de Nova York do que em todo o continente africano. No Brasil, segundo o IBGE, de cada 10 mil habitantes, entre 10 e 50 pessoas estão conectadas, um baixo padrão de acesso levando-se em conta que países com alto padrão apresentam uma proporção entre 500 e 1000 internautas para cada 10.000 habitantes.

Dados como estes podem levar à conclusão de que a internet talvez não deva ser relevante, por exemplo, para aqueles que trabalham com grupos excluídos. No entanto, tais grupos não estão totalmente ausentes da rede. Recentemente foi criada no Rio de Janeiro a Agência de Notícias da Favela (ANF), que pretende dar voz a estas comunidades. No *site* há espaço para informações que vão desde a localização até a história das favelas cadastradas; fórum e bate-papo virtuais também estão disponíveis.

O número de favelas cadastradas ainda está longe das 700 favelas oficialmente reconhecidas na cidade, mas é significativo o fato de podermos contar, na internet, com uma agência de notícias onde a favela aparece como sujeito e não como *subject* (assunto).

Fontes: ALC – Agência Latino-Americana e Caribenha de Comunicação e Rets


Quando temos empresas do porte da Sadia, Odebrecht, Rede Globo, Vale do Rio Doce, Bradesco, entre outras, financiando uma emissora educativa, elas o fazem porque isto traz retorno: retorno institucional e de credibilidade que, por sua vez, gera retorno financeiro; e retorno financeiro que gera, enfim, poder

Vale do Rio Doce, Bradesco, entre outras, financiando uma emissora educativa, elas o fazem porque isto traz retorno: retorno institucional e de credibilidade que, por sua vez, gera retorno financeiro; e retorno financeiro que gera, enfim, poder.

Não se pode confundir nem deixar de lado este caráter mercantil, porque o que os parceiros do *Futura* fazem não é doação, não é mecenato. É patrocínio.

A intenção é formar não só o trabalhador ideal, mas também o cidadão e consumidor ideais à atual política neoliberal. O neoliberalismo, dentre outras coisas, possui uma característica uniformizante e globalizante, que prega como princípios básicos o aprofundamento do relacionamento do País com a esfera produtiva internacional. Ocorre que, com esse 'estreitamento de laços' internacionais, são favoreci-

dos apenas os setores mais dinâmicos ou modernos da burguesia brasileira. Essa modelização neoliberal, com seu discurso tecnológico, irradia-se, com maior ou menor enraizamento, do centro capitalista mundial para a periferia econômica; e assegura, via dominação tecnológica, a relação de dependência dos países subdesenvolvidos para com os desenvolvidos — isso pode ser também percebido pela insistente defasagem da tecnologia posta à disposição dos países subdesenvolvidos com relação à tecnologia dos mais ricos. Não raro, compramos máquinas, equipamentos (e também usinas nucleares e de lixo) obsoletos nos seus países de origem.

Nesse contexto, a educação é vista como um investimento; como um ponto ainda a ser explorado. Por isso empresas do porte dos parceiros do *Futura* investem num canal educativo. É um processo de retroalimentação do capitalismo: investem e educam o seu futuro consumidor (e trabalhador) — não é à toa que a Fiesp e a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) sejam parceiras do Canal. O saber fica condicionado às variações desta nova temporalidade (local x universal) dentro da relação mercadológica, ou seja, a geração de um saber fica sujeita às intempéries do mercado. 

Ana Paula Brandão, mestra em Comunicação Social e pesquisadora da UFRJ.

BIBLIOGRAFIA

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BITTENCOURT, Sandra. "O currículo invisível da televisão educativa e a construção de estratégias educativas". In: *Revista Famecos*, nº. 7, PUC/RS.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- CHAVES, Eduardo. *Tecnologia na Educação: conceitos básicos*. <http://www.edutecnet.com.br/>
- ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- Fundação Roberto Marinho: 20 anos que valeram a pena*. Rio de Janeiro: 1998.
- LALANDE, André. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MACHADO, Arlindo. "Pode-se falar em gêneros na televisão?" In: *Revista Famecos*, n. 10, PUC/RS.
- MARCONDES FILHO, C. *Televisão*. São Paulo: Scipione, 1994.
- MARTÍN-BARBERO, J. *Nuevos regímenes de visualidad y des-centramientos culturales*. Texto apresentado em conferência ECO/UFRJ. s.d.
- MORAES, Nilson, BRANDÃO, Ana Paula. *Saúde e Discursos de saúde na Imprensa*. Mimeo. Relatório de pesquisa / UniRio, 1996.
- NUNES, Ivônio Barros. *Noções de educação à distância*. <http://www.alternex.com.br/~ined/ivonio1.html>
- RAMOS, Roberto. "TV Escola: a quem interessa?". In: *Revista Famecos*, n. 6, PUC/RS.
- VIRILIO, Paul. *O espaço crítico*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Televisão e indianidade

Inesita Araújo

Discorrendo sobre os diversos estereótipos de índios a Autora nos oferece quatro variações em torno do selvagem primitivo de quem muitos pretendem tirar a terra, a cultura, os bens, a fim de destruí-los como povos, como etnias. Mas, o mais importante é o desmascaramento dos interesses que estão por trás dessas 'roupagens civilizadas' com que a TV os veste, desveste e reveste — discursos-camisas-de-força

A TV oferece tudo e nega tudo. A frase, dita por um esquimó de 87 anos, a propósito do desaparecimento da sua cultura (documentário "Homem de Visão"), oferece um ponto de partida para este trabalho: o poder da televisão em instituir realidades, ampliando algumas vozes e silenciando outras, em narrar o mundo a partir de uma 'semi-ótica', em propor sentidos negando sentidos.

A TV toma leituras do real e as transforma em verdades. Naturaliza imagens que seleciona no acervo histórico e cultural da sociedade. E aqui temos um segundo ponto de partida: as imagens propostas pela TV são fatores relevantes nas relações discursivas entre os atores sociais.

Para mapear os modos pelos quais os atores sociais constroem discursivamente suas estratégias de disputa dos sentidos dominantes é importante compreender e descrever as formas sociais de representação, sendo necessário então rastrear os processos de construção do imaginário social. Nos nossos tempos, esse imaginário se forma predominantemente pelas lentes da TV, a substituta contemporânea das grandes narrativas míticas que organizam a percepção do mundo e dos seres humanos.

Tal trabalho exige uma análise dos diversos discursos circulantes sobre o tema em pauta, que permita apontar os dispositivos de enunciação que se confrontam ou se articulam nos lugares/tempos de circulação textual. Neste

espaço, porém, me proponho apenas refletir sobre algumas condições de produção desses discursos, apontando questões que devem ser respondidas futuramente.

De que discursos estou falando? São aqueles sobre a sociedade indígena, que circulam na sociedade branca e lhe moldam o imaginário sobre o tema. Quais são as questões específicas que devem ser abordadas? São as relativas ao modo pelo qual essas imagens são construídas, a partir das relações intertextuais dos discursos produzidos pela TV e nela com os outros discursos circulantes, contemporâneos ou antigos. Minha hipótese é que as imagens que a TV fortalece/nega/pro põe sobre os índios, nas informações que faz circular, sejam vetores relevantes nos processos de negociação dos sentidos, instância decisiva da negociação dos interesses os mais diversos, inclusive dos próprios índios (principalmente se considerarmos o discurso "mimético" dos índios, que procuram manejar as categorias discursivas da sociedade branca, no seu processo de construção simbólica da história atual).

Como se construiu e se constrói a memória discursiva no entendimento social sobre os índios? O texto antigo sobre os índios (imagem construída em outros tempos históricos e em outros lugares de produção dos sentidos, que não a mídia) funciona como uma das vozes nos discursos atuais? De que modos esses textos se articulam? Onde ele está nas falas, comportamentos e

estratégias? Como a TV se apropria desse intertexto cultural, para construir seu próprio discurso?

OS DISCURSOS CIRCULANTES SOBRE OS ÍNDIOS

Estimam-se em 5 milhões os habitantes deste país, quando as caravelas de Cabral aqui chegaram. Foram denominados genericamente de *índios*, começando então um inexorável caminho de destruição e reconstituição da identidade e da imagem dessas pessoas, pelo processo mais básico de construção de realidades, que é o da nomeação: a criação de um campo semântico de identificação, designação e reconhecimento dos seres, coisas e fatos que afetam a vida humana. Começava também uma relação desigual, tanto no plano concreto como no simbólico, que resultou no quase extermínio daquela população. Hoje, são 270 mil, organizados em 206 etnias (provavelmente mais de 1000, no ano de 1500). Ocupam 517 áreas indígenas, totalizando 90,081 milhões de hectares (um pouco mais de 10% do território nacional).

Sabe-se muito pouco sobre os índios. Das mais de 170 línguas faladas, apenas 10% foram estudadas pelos lingüistas. Calcula-se que ainda existam em torno de 50 grupos sem qualquer espécie de contato com os brancos e sabe-se pouco de muitos deles já contatados. Através de um caminho nada fácil, a constituição e a legislação brasileira sobre a sociedade indígena é hoje muito avançada, garantindo aos índios, entre outras coisas, o direito à sociodiversidade. Mas é justamente essa diversidade que a sociedade branca desconhece e por isso a desrespeita

O discurso do exótico oculta a rejeição e o sentimento de superioridade do branco em relação ao índio

das mais variadas maneiras. A TV é uma das grandes responsáveis pela manutenção de uma abordagem estereotipada, que cristaliza equívocos e constrói outros. Ela, porém, não inventou esses equívocos, ela opera sobre um imaginário já existente e construído por outras instâncias sociais: a escola, a literatura, o cinema, a música e a história oficial, para ficar só em algumas.

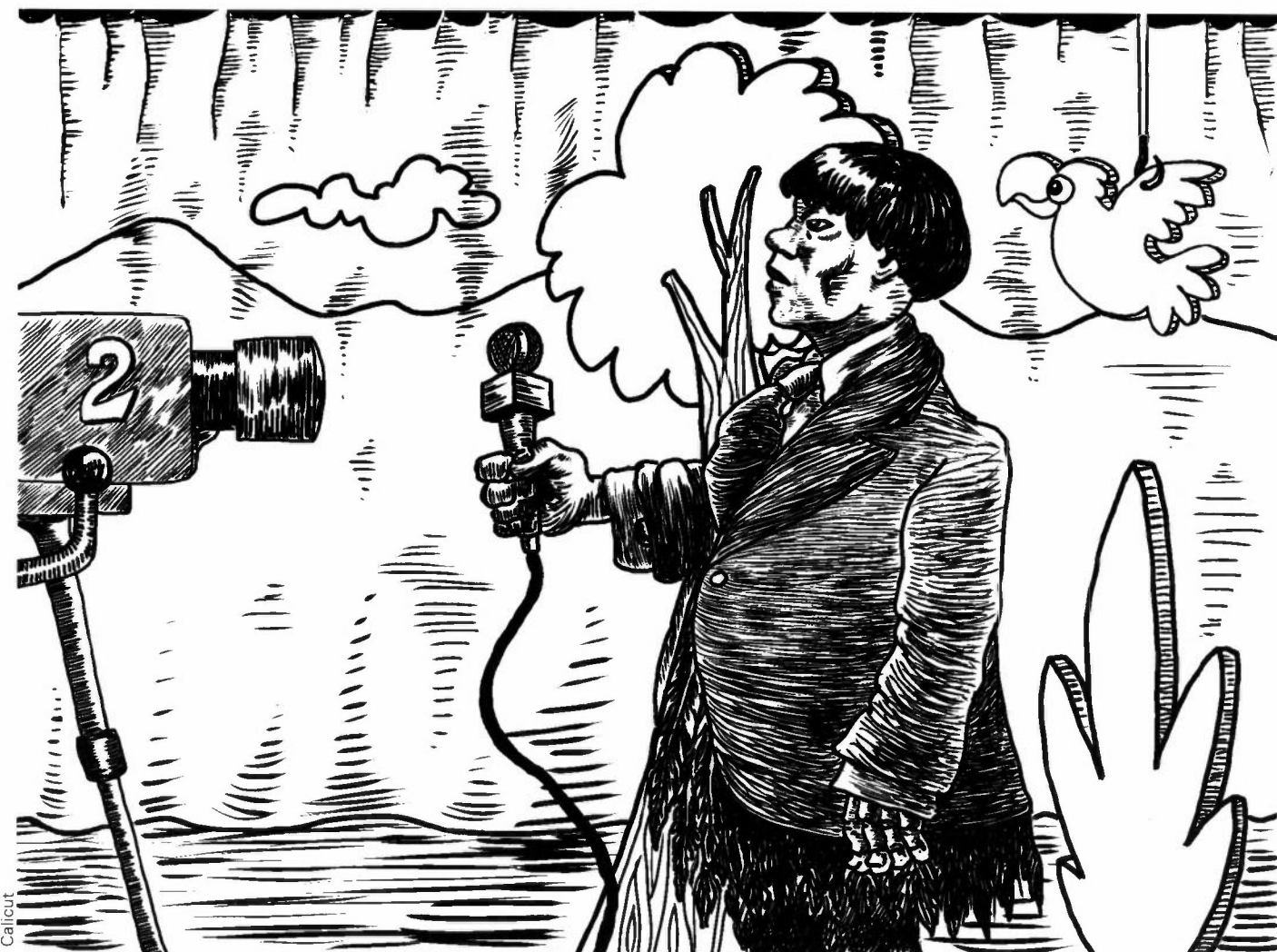
Programa de índio. Muito cacique pra pouco índio. Todo brasileiro tem sangue de índio. Todo índio é ladrão. Todo índio é preguiçoso. O índio perigoso e o índio em perigo. O índio primitivo e o inocente. O índio selvagem, o canibal. O índio ecologista. São imagens circulantes sobre os índios, que se incorporaram ao senso comum. São estereótipos, lugares de “superávit ilícito de significado”, como diz Jameson. (1994). Ilícito, mas irrecusável do ponto de vista do estudo das formas de produção dos sentidos e do jogo de poder que move a cena social. Imagens estereotipadas sobre os índios, ampliadas pela mídia, integram os discursos que legitimam as políticas públicas e particulares que afetam o setor. Integram e são manejadas, com maior ou menor grau de consciência e intencionalidade, para atender os interesses em jogo.

Foi *O Cruzeiro* que primeiro mostrou em larga escala a face dos índios brasileiros à sociedade branca, num processo pioneiro de dar visibilidade

do País aos seus habitantes. Até então, a imagem dos índios era possibilitada pelos desenhos de artistas e pela idealização dos romances indianistas. Mas que índios eram esses? Eram, inicialmente os carajás, da Ilha do Bananal e os xavantes, do Mato Grosso. A partir da criação do Parque Indígena do Xingu, os habitantes da reserva passaram a ser a referência da sociedade indígena, para toda a imprensa e para a sociedade não indígena. Para obter a criação do Parque, Darcy Ribeiro usou a estratégia, entre outras, de chamar atenção da imprensa para seu projeto de salvação da população indígena. E o fez tão bem que até hoje a imagem dominante na mídia e no resto da sociedade é a dos “índios do Xingu”, encontrada em cartões postais, nos arquivos de fotos dos jornais e no imaginário nacional. Na verdade, os “índios do Xingu” não pertencem a um só grupo étnico nem têm uma só aparência. O Parque abriga dezessete povos, cada um com suas particularidades e alguns extremamente diferentes entre si. A indumentária com que eles são registrados é própria de rituais festivos e não de uso cotidiano. Mas são essas imagens que compõem um dos discursos sobre os índios: o índio como um ser exótico, de cultura primitiva, integrado à Natureza.

O ÍNDIO PRIMITIVO

Tomemos esse registro sobre os índios: exótico, primitivo, sem passado e sem história. O exótico é uma estética fundada na diferença e o discurso da diferença é discriminatório, estigmatizante, vem de um olhar etnocêntrico que se lança sobre o outro (LINS:



1997). A diferença é vivida como desigualdade e reafirma um conjunto de relações sociais desiguais: entre ricos e pobres, cultos e ignorantes, evoluídos e primitivos, brancos e índios. A diferença oculta a diversidade, conceito que leva ao reconhecimento do Outro em sua complexidade e singularidade e não ao seu enquadramento numa moldura auto-referencial. O discurso do exótico esconde a rejeição e o sentimento de superioridade do branco em relação ao índio. E a TV tanto amplia tal discurso, porque serve aos seus propósitos, como exacerba o mecanismo próprio da discursividade, pelo qual, como diz Bourdieu (1997), “o percebido oculta o não percebido,

não se vêem em um percebido construído as condições sociais de sua produção”, condições que podem ser buscadas desde os primeiros tempos da colonização. O exotismo dos índios vem da sua primitividade, atributo mais presente no imaginário coletivo sobre eles e que corresponderia ao seu estado cultural. O índio é percebido como uma espécie sem história, naturalizada, pertencente a uma sociedade cujo estágio de desenvolvimento civilizatório cristalizou-se no tempo. O primitivismo dos índios está presente em praticamente todos os textos do campo das artes — literatura, pintura, cinema e em muitos livros de História do Brasil.

Literatura e discurso primitivista

A imagem de uma sociedade primitiva, portadora de uma cultura exótica é a mais presente nas fontes dos discursos hoje circulantes sobre os índios. Quais são essas fontes? Em primeiro lugar, os quadros pintados ou desenhados pelos artistas que aqui aportaram acompanhando os colonizadores, ou o registro gráfico dos viajantes que supostamente presenciaram rituais indígenas. Essas representações, que associavam o índio a um estado de tão grande primitividade que se comparariam aos animais, dão substância às imagens criadas pela literatura nacional, que, por mais de um século, teve

O índio é percebido como uma espécie sem história, naturalizada, pertencente a uma sociedade cujo estágio de desenvolvimento civilizatório cristalizou-se no tempo

na indianidade seu tema principal. Entre 1769 e 1785, três poemas épicos inauguraram a temática indígena nas letras nacionais, introduzindo o binômio Índio/Natureza, que se revelou extremamente persistente, apesar da passagem dos tempos e hoje pode ser encontrado em vários campos de representação da imagem indígena. De lá para cá, sucessivos movimentos e/ou autores acrescentaram, contestaram, transformaram ou conservaram o modo de tratar o tema da indianidade, com destaque para o romantismo e seu expoente José de Alencar. É importante mencionar o papel cumprido por d. Pedro II, que patrocinava um projeto intelectual de construção de consolidação de uma identidade nacional, definida a partir de suas raízes indígenas.

Em sua maioria, estavam inscritos no mesmo discurso que associava índio e natureza. Uma mudança mais substancial verificou-se com Capistrano de Abreu. Ele que faz a passagem de uma ótica gerada num Império que construía sua referência de nacionalidade pelo indianismo, para a produzida por uma república de inspiração positivista, que entendia as origens indígenas como um passado a ser rapidamente superado, em nome da ciência. Capistrano era também etnógrafo e historiador e usou sua vasta cultura para tentar desfazer alguns equívocos que se reproduziam sobre os índios, como o que impedia de se perceber a sociodiversidade indígena. Porém, seus esforços não evitaram que se cristalizasse no imaginário nacional a imagem do índio exótico, selvagem e primitivo.

A TV e o discurso primitivista

Os índios do Xingu se prestam à manutenção desse discurso, o do índio primitivo. A TV sabe bem disto, tanto que os adotou como os 'índios de plantão'. A lógica televisiva se articula muito bem com essa visão de uma sociedade a-histórica, tanto mais quanto faz a opção por relatar os acontecimentos como um amontoado de fatos sem contexto e sem consequências (BOURDIEU: 1999). Índios podem ser mostrados dançando, pescando ou ocupando uma estrada: são seres exóticos, sem referência no tempo histórico dos brancos.

O exótico é um tema sempre bem vindo no contexto do *fait divers*, sendo a figura do cacique Mário Juruna com seu gravador a mais emblemática, levada às últimas consequências com sua transformação em personagem de programa cômico. A Rede Globo tem incluído cada vez com mais frequência os índios em sua encenação diária do real. A exemplo de outros segmentos sociais, índios são instados a encenar para as câmeras aquilo que convém à emissora mostrar, ou seja: um simulacro de algo que é apresentado como prática cultural ou fato noticiável. Por exemplo, o 'sequestro' de um funcionário da Funai, por índios que estariam reivindicando o cumprimento de alguma promessa. Inicialmente mostrado de mãos amarradas

(para o bom observador, o cordão era um capim, totalmente frouxo), para mostrar o primitivismo dos índios, devidamente pintados para a guerra, o funcionário logo em seguida deu entrevista inteiramente livre, rodeado por seus sorridentes 'carcereiros'. Cada vez mais raramente os índios envolvidos em fatos que atendem aos critérios de noticiabilidade aparecem espontaneamente, como foi o caso da índia Kayapó que encostou a lâmina do seu facão no rosto de um dirigente da Eletronorte, no Pará, durante uma negociação sobre terras que seriam inundadas. (Exemplos e observações relativos ao evento dos 500 Anos não constam, pois este texto é anterior.)

O ÍNDIO FALSIFICADO

A percepção da falta de historicidade vai compor outro discurso sobre os índios: aqueles que, tendo perdido sua identidade indígena pela aculturação, dela se valeriam indevidamente para obter benefícios. Estou falando da imagem do 'falso índio', relacionada com a discussão sobre identidade e autenticidade. A idéia dominante é a de que o índio autêntico é o índio do discurso primitivista. O índio só seria índio se conservasse sua ausência de história, não evoluísse, não se modificasse com o tempo. A constatação de que as coisas não ocorrem assim leva em geral a duas atitudes: ou de decepção, ou de revolta e discriminação. Outra possibilidade, segundo Oliveira (1995), é de que "a ideologia do não-racismo, do Brasil como um lugar de integração racial, leva as pessoas a desviarem o que poderia ser considerado uma atitude racista para atitudes

Quando alguém se sente
logrado por ver índios
vestidos, ou manejando
tecnologias avançadas, ou
falando bem o português,
ou se elegendo para cargos
de representação política,
está implicitamente
trabalhando com a
memória do discurso
do índio primitivo
sem história.

de recusa e recriminação por situações que em tese são 'culpa' dos índios ou um privilégio inaceitável." É o caso, por exemplo, da idéia disseminada com ajuda da mídia de que os índios têm terra demais ou de que eles não são mais índios, usam essa condição para reivindicar direitos ilegítimos. Diz Oliveira:

A sentença de morte é dada de forma indireta, mas absolutamente inapelável, uma vez que já vem calçada em fatos tidos como óbvios ou consensuais: os índios são efetivamente um componente do Brasil e de cada brasileiro ("uma bisavó que era índia"), só que isto corresponde a uma história passada. Hoje sua presença é algo insignificante ("são pouquinhos") ou então é 'forjada', resultado da simples busca por vantagens individuais. Se tais premissas forem acatadas ou julgadas como verdadeiras, estará pronto o solo para que alguns jornalistas e comunicadores, que funcionam como porta-vozes de grupos que têm interesse nas terras indígenas, venham a semear os estereótipos e uma atitude racista e discriminatória mesmo entre a população urbana.

Quando alguém se sente logrado por ver índios vestidos, ou manejando tecnologias avançadas, ou falando bem o português, ou se elegendo para cargos de representação política, está implicitamente trabalhando com a memória do discurso do índio primitivo, sem história. Índios pertencem ao passado, são o nosso 'museu racial vivo'. Os livros de História do Brasil ajudam amplamente na construção dessa imagem, uma vez que tratam os índios no passado: os índios eram, tinham, fa-

ziam. Já crescemos com a idéia formada de que os índios foram importantes na nossa composição racial, mas que hoje são uma espécie em extinção, fadada ao desaparecimento. Ser índio é pertencer a uma cultura primitiva, que pela lei da natureza deve desaparecer.

Em decorrência de tal raciocínio evolucionista, o índio que não apresenta mais este atributo é um falso índio. Esse discurso foi construído recentemente, a partir dos interesses de empresas particulares, nacionais ou internacionais, desejosas de se apropriarem das terras dos índios e de seus recursos naturais. Até uma certa época, o processo de expropriação se deu de forma sumária e violenta, incluindo procedimentos de extermínio físico. Os remanescentes da população indígena foram sendo empurrados para os lugares mais longínquos, ou que não ofereciam terras férteis, ou sobre cujos minérios ainda não se tinha conhecimento. Porém, a partir deste século leis foram sendo criadas no sentido de proteger os índios da violência branca. É então que começa a surgir a imagem do falso índio, argumento usado com frequência nos tribunais: se não

é índio, não é dono da terra nem está sujeito a proteção especial.

A mídia é o espaço por excelência dos embates discursivos nesse cenário. Creio que não se pode generalizar a menção de Oliveira sobre os compromissos dos jornalistas com interesses pouco éticos. Mas certamente ela faz o jogo desses interesses, porque opera com o mesmo imaginário que perpassa toda a sociedade branca, não só acolhendo e veiculando, mas reconstruindo a seu modo o discurso do falso índio. Por outro lado, acolhe também as vozes indígenas, principalmente pelas suas lideranças e organizações. No entanto, suas vozes são descontextualizadas, despidas de sua carga ideológica e moldadas aos critérios jornalísticos de espetacularização.

Um caso pode ilustrar formas pelas quais a mídia opera com essa imagem do falso índio: trata-se da revista *Veja*, a propósito do assassinato de um índio pataxó em Brasília, incendiado por um grupo de jovens de classe média, quando estava lá para participar de negociações relativas à propriedade das suas terras, griladas por fazendeiros. Na edição de 30 de abril de 1997, a revista trouxe, na sua seção "Brasil", pp. 24 a 28, uma matéria intitulada "Planalto Selvagem", na qual se dedicou a mostrar que os criminosos eram rapazes de boa índole, jovens iguais a quaisquer outros de classe média, sem nada que os pudesse caracterizar como delinquentes. Na parte final da reportagem, o objetivo se torna outro: mostrar que o índio morto e todos os pataxós são falsos índios. Vou transcrever alguns trechos que ilustram o que estou apontando:

O discurso da falsa
identidade indígena ignora
que as sociedades indígenas
possuem uma história de
contínuas redefinições
socioculturais, motivadas
por migrações, guerras,
adaptações ao meio
ambiente, alianças ou
mesmo pelo próprio
dinamismo interno que
existe em qualquer
agrupamento humano

Eram 13 horas do dia 22 de abril – 497º aniversário da chegada de Cabral à terra dos pataxós – quando os homens da tribo, a 560 km de Salvador, começaram a passar entre si um potinho plástico de margarina cheio de uma pasta vermelha. Corpo e rosto pintado com urucum, eles iniciaram uma dança na estrada que leva à cidade de Pau Brasil, a mais próxima da aldeia. (...) Hoje, os pataxós são pouco mais de 4.000 indivíduos aldeados e mais 3.000 dispersos pelas cidades e roças do sul da Bahia. De seu idioma, apenas palavras soltas persistem. Quase nada ficou da tradição: os cocares que usam nas solenidades são copiados das imagens de índios que vêem em velhos livros escolares. Na cerimônia fúnebre de Galdino, uma pataxó chamada Michelle – sim, Michelle – Souza Santos, 10 anos, desfilou orgulhosa seu cocar, emprestado de um índio mais velho. No adorno havia peninhas cor-de-rosa tiradas de um espanador. Na hora dos cantos de guerra, desaparecidos, surgiu uma improvisação. Um hino católico, em uníssono, pedia: “a nós descei, divina luz”. Por fim, todos atacaram em coro a “Suíte dos Pescadores” de Dorival Caymmi. (...). Os meninos assassinos desculparam-se pela morte do índio dizendo que foi um “engano”. Pensaram tratar-se de um mendigo. Era. Um mendigo índio.”

Os grifos são meus, para chamar atenção sobre as marcas do discurso que fala dos índios que, para merecerem tal designação e o respeito dela decorrente, não poderiam em hipótese nenhuma se utilizar de signos da cultura branca, devendo manter a tra-

dição, a despeito de toda a expropriação simbólica de que foram vítimas ao longo dos séculos.

O discurso da falsa identidade indígena, profundamente racista, etnocêntrico e discriminatório, manejado de forma intencional ou inadvertida pela mídia, ignora que as sociedades indígenas, tais como quaisquer outras, possuem uma história de contínuas redefinições socioculturais, motivadas por migrações, guerras, adaptações ao meio ambiente, alianças ou mesmo pelo próprio dinamismo interno que existe em qualquer agrupamento humano (cf. Oliveira, op.cit.).

O ÍNDIO TRANSGRESSOR

Associado a essas imagens, encontramos um terceiro discurso sobre os índios, o qual toma os anteriores como substrato: representando-os como transgressores que agem contra os interesses nacionais, esse discurso reivindica o fim da proteção legal aos índios e a suas terras. O interdiscurso é claro: se o índio é primitivo, ele não tem história e sua cultura é estabilizada no tempo; portanto, o índio que não é mais puro, cuja autenticidade não cor-

responde ao estereótipo primitivista dos brancos, não pode ser considerado índio; em não sendo índio, deve estar sujeito às mesmas leis que regem a sociedade branca (sujeito, portanto, ao mesmo confronto desigual de forças e às mesmas injustiças que se verificam no restante da sociedade, sem a proteção especial que lhe confere a condição étnica).

Desse registro decorrem as reportagens, cuja frequência se intensifica de tempos em tempos, que procuram mostrar o índio como ladrão, ou associado ao narcotráfico ou à devastação ambiental. Ou, então, como socialmente perigoso, como foi o “caso” Paulinho paiaçã, cacique que se viu envolvido em denúncias de violência sexual contra moças da cidade próxima à sua aldeia. A pressão feita pela mídia pela condenação de Paulinho foi fortíssima e é possível se perguntar até que ponto por trás das emissoras de TV e das empresas jornalísticas estavam os grupos estrangeiros interessados nas ricas terras dos paiaçãs. A campanha foi tão eficaz que, até hoje, decorridos quase cinco anos, as pessoas ainda se referem ao episódio como uma referência que desqualifica os índios.

O discurso do índio transgressor forma, em conjunto com o do falso índio, um espaço semiótico de que se valem os múltiplos interesses nas terras indígenas: o das madeireiras, o das mineradoras, o dos ambientalistas ortodoxos, o dos militares.

O ÍNDIO EM PERIGO

Entre o discurso primitivista e o do falso índio, encontramos as narrativas sobre os índios alcoólatras, os cate-

quizados pelas missões evangélicas e os que se suicidam, índios que estariam em perigo, a um passo da condição de não-índio (e cumprindo o destino da espécie, que é extinguir-se). Todos estes temas já foram alvo de programas especiais em várias emissoras, além de objeto de amplas reportagens nos jornais formadores de opinião. Todos já assistimos a tristíssimas reportagens que apontam para um desespero diante da impossibilidade de manter sua cultura original, levando os índios à prática do auto-extermínio, ou à capitulação diante de um mal-intencionado pastor messiânico que oferece a salvação, ou ao vício desintegrador. Reportagens que usam e abusam dos recursos patéticos de construção da narrativa, no intuito de comover o leitor/espectador, mas que silenciam sobre o contexto cultural e discursivo em que esses fatos ocorrem, os mecanismos de autocontrole de cada sociedade, o percurso histórico de cada etnia e suas injunções políticas. Quando apresentam o fato falam de números comparativos entre a população da época do descobrimento e a de agora, que inevitavelmente apontam para a extinção, mas esquecem de falar sobre o fenômeno recente de crescimento demográfico da população indígena, da revitalização dos processos culturais, da retomada das línguas, tudo dentro de um novo grau de complexidade do modo de vida, a partir da relação com a sociedade nacional, incluindo aqui a força política de suas organizações, que se relacionam diretamente com a opinião pública internacional.

O discurso do índio em perigo tem



uma variante que corresponde a outros interesses: a do índio doente, dizimado por doenças brancas. No momento, esse texto pode ser encontrado de maneira muito forte em relação aos ianomâmis, que por diversas razões tornaram-se alvo das atenções internacionais e dos organismos religiosos e não-governamentais de defesa das populações indígenas. Estas comunidades discursivas são bastante hábeis na utilização da mídia e o fazem para denunciar a ineficiência do Estado no cuidado com as populações indígenas. A minha hipótese, entretanto, é de que elas estão oferecendo um reforço ao discurso daqueles que desejam combater, no momento em que também apontam para o índio em vias de extinção.

É interessante notar que tanto a Igreja Católica como as ONGs também têm como discurso fundador uma variante do discurso primitivista: é o que narra os índios como intrinseca-

mente bons e puros de coração, discurso que remonta ao tempo dos jesuítas: índios selvagens, antropófagos, pagãos, mas intrinsecamente bons e potenciais filhos de Deus. Os novos representantes desse discurso já aprenderam antropologia e sociologia, mas o discurso fundador transparece claro em seus textos e estratégias, sendo fundador justamente por essa capacidade de permanência, mesmo que metamorfoseado pelo mecanismo da interdiscursividade.

O ÍNDIO ECOLOGISTA

Um último discurso encontrado na mídia é o do índio naturalista, ecologista nato, que conhece tudo sobre a Natureza e é seu mais fiel defensor. Domina o manejo dos ecossistemas com perfeição e se a humanidade quiser sobreviver à hecatombe ecológica, vai ter que aprender com eles seu *modus vivendi* e seu *modus operandi*. É o discurso produzido e feito circular

O índio — principalmente o da Amazônia — deve ser preservado, porque é a única possibilidade de acesso que se tem aos segredos da biodiversidade

pelas entidades ambientalistas, locais e internacionais, cujo interesse na construção dessa imagem vai muito além da perspectiva ecológica ou humanitária. O índio — principalmente o da Amazônia — deve ser preservado, porque é a única possibilidade de acesso que se tem aos segredos da biodiversidade. Como diz Carneiro da Cunha: “a floresta amazônica e a biodiversidade interessam ao mundo e o mundo está disposto a pagar por elas.” Não só a pagar, mas a investir na criação de um espaço simbólico, que permita desenvolver estratégias concretas de intervenção.

A TV, OS ÍNDIOS E O POLITICAMENTE CORRETO

E é aí que a TV entra novamente em cena. O discurso do índio ecologista, como o do exótico, ajustam-se perfeitamente à lógica seletiva da TV, principalmente quando ela busca aquelas variedades que compensam o impacto de alguma eventual notícia mais conseqüente. O imaginário do índio preservacionista permite belas reportagens que nos confortam e nos fazem sentir que nem tudo está perdido, aparentemente sem maiores implicações sociais ou políticas. O manejo discursivo pela mídia desse fragmento do imaginário branco sobre os índios configura aquilo que Bourdieu chama de fatos-*omnibus*, feitos para todo mundo e cujo efeito simbólico é o de ocultar mostrando.

Aparentemente inocentes, os fatos-*omnibus* na verdade correspondem a interesses precisos. Porém, Bourdieu fala de um manejo quase intencional das notícias, enquanto que no caso da

temática indígena minha hipótese é que a TV é mais manejada do que maneja. Vejamos.

Creio que se possa falar numa cota do politicamente correto para a TV, assim como existe uma cota do socialmente correto. Isto é, existe uma expectativa pública de que a TV seja um meio politicamente correto, entre outros valores apreciáveis da sociedade ocidental. A TV deve corresponder a essa expectativa e para tanto opera com os temas que perpassam o imaginário dos espectadores. O dos índios surge como perfeito para tal fim. Trata-se de uma minoria, uma minoria para a qual a maioria tem um débito histórico a saldar, mas uma minoria que não tem, pensa-se, importância econômica e política, apenas cultural. Além disso, pensa-se também, uma minoria em vias de extinção.

Então, índios são um tema recorrente e ocupam um tempo narrativo de latência (tempo em que nenhum fato novo ocorre), preenchido com curiosidades, como o índio que faz chover, o que cura doenças com plantas e outras que os discursos do índio ecologista e o do exótico produzem. Quando algo irrompe no cotidiano e constitui o extraordinário — condição primeira de noticiabilidade —, o fato é tematizado segundo cada caso: um sequestro, uma epidemia de Aids, uma manifestação no Congresso.

É no tempo de latência que a TV serve inadvertidamente a interesses de outros atores sociais, tendo a ilusão de que está apenas preenchendo uma agenda. Os discursos do índio primitivo e do ecologista, provavelmente inocentes, lançados ali, naquele espaço semiótico aparentemente volátil e descompromissado, compõem sentidos em outros tempos e lugares de circulação textual, espaços onde os embates discursivos resultam ou produzem embates reais.

A TV, O CALEIDOSCÓPIO E A PRODUÇÃO DOS SENTIDOS

A capacidade de introduzir textos no campo midiático está em razão direta do poder simbólico dos atores sociais e, assim, os grandes grupos econômicos e políticos obtêm vantagem. Temos, em decorrência, a exacerbação de uma das características da TV, que é ser instrumento de manutenção da ordem simbólica e, portanto, política, econômica, social e cultural.

Gostaria de chamar a atenção para um outro modo de produzir sentidos, na TV, que é o uso de categorias. O discurso midiático opera, como qualquer outro, com categorias que, como diz Bourdieu, são estruturas invisíveis “que organizam o percebido, determinando o que se vê e o que não se vê”. A força instituinte das categorias é ampliada pelo poder da TV de afirmação da Verdade. Assim, realidades são ocultadas ou substituídas por outras, pelo uso de categorias que correspondem aos discursos circulantes e que são construções teóricas, em geral elaboradas por sociedades mais desenvolvidas e perpassadas por inte-

resses macroeconômicos e macropolíticos: natureza, ecologia, meio ambiente, etnia, povos da floresta, excluídos, alternativo, etc.


As forças sociais que propõem categorias e fazem circular os discursos não são homogêneas. Correspondem a campos distintos que disputam o poder simbólico. Para disputar, negociam, compõem, se articulam. A mídia torna as fronteiras entre os campos maleáveis, sendo esta uma das razões de seu efeito naturalizante, instituinte do real. Não se percebem tão facilmente as vozes em polifonia, até mesmo porque a voz dominante, para o espectador, é a da própria TV, materializada nos seus apresentadores. No entanto, os interesses não se confundem. As imagens que formam esses discursos correspondem a interesses específicos, configuram uma verdadeira guerra simbólica e tornam a televisão a principal arena onde se realizam as batalhas. Assim, por exemplo, enquanto a imagem do índio naturalizado corresponde aos interesses no campo da energética, a do índio ecologista está vinculada aos atores sociais interessados na biotecnologia.

Referindo-se ao pensamento selvagem produtor de mitos, Levy-Strauss cunhou a expressão "lógica do caleidoscópio", para designar um permanente rearranjo dos signos em novos sentidos. Creio que o mesmo pode ser dito a respeito da TV. Mas, o caleidoscópio cria imagens novas trabalhando com fragmentos do que já existe. É um novo que seduz enquanto oculta o velho. No caso da TV, oculta os campos que medem ou compõem forças. Oculta a carga semântica de velhas catego-

Trata-se de uma minoria,
uma minoria para a qual
a maioria tem um débito
histórico a saldar, mas
uma minoria que não
tem, pensa-se,
importância econômica e
política, apenas cultural.
Uma minoria em vias de
extinção

rias, trazidas de discursos diversos, alguns tão antigos quanto o preconceito e a discriminação étnica e racial.

ENFIM

É possível que este texto passe ao leitor a impressão de uma descrença na possibilidade de mudança, um ceticismo quanto à capacidade dos atores sociais e individuais reagirem às atuais condições de produção dos discursos sobre os índios. Não é assim. Eu acredito que os índios estão aqui para ficar e para se consolidarem como tais, num contexto nacional de diversidade étnica e racial. E que aos poucos o intertexto cultural vai se tornar mais permeável às suas vozes, permitindo um maior equilíbrio na negociação dos sentidos. Trabalhos como este só adquirem sentido dentro de tal perspectiva. 

Inesita Araújo, doutoranda em Comunicação e Cultura, professora e pesquisadora.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERT, Bruce. *O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica à economia política da natureza*. Brasília: Departamento de Antropologia da UNB, 1995. 31 p.
- AMOROSO, Marta R., SÁEZ, Oscar C. "Filhos do Norte: o indianismo em Gonçalves Dias e Capistrano de Abreu". In: SILVA, Aracy, GRUPIONI Luís (orgs.). *A temática indígena na escola*. Brasília: MEC / MARI / UNESCO. 1995. p.237-256.
- ARAÚJO, Inesita. "Em busca da transcultura e da pós-disciplinaridade". In: *Mídias e recepção: coletânea*. São Leopoldo, RS: UNISINOS/COMPÓS, 1999. p. 49-69.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1997.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. "O futuro da questão indígena". In: SILVA, Aracy, GRUPIONI Luís (Orgs.) *A temática indígena na escola*. Brasília: MEC / MARI / UNESCO. 1995. p 129-141.
- GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. "A obsessão pela cultura". In: COSTA LIMA, Luiz (Org.). *Cultura, substantivo plural*. Rio de Janeiro: Editora 3, 1996. p 159-175.
- JAMESON, Fredric. "Sobre os Estudos Culturais". *Novos Estudos CEBRAP*, n. 39, p.11-48, jul. 94.
- LINS, Daniel. "Como dizer o indizível". In: LINS, Daniel (Org.). *Cultura e Subjetividade: saberes nômades*. Campinas, SP: Papirus, 1997. p 69-115.
- OLIVEIRA, João de Pacheco de. "Muita terra para pouco índio? Uma introdução crítica ao indigenismo e à atualização do preconceito". In: SILVA, Aracy, GRUPIONI, Luís (Orgs.) *A temática indígena na escola*. Brasília: MEC / MARI / UNESCO. 1995. p.61-81.

Educação e

Eliene Amorim de Almeida

De uma escola indígena organizada e voltada para o sucesso do projeto colonial, fazedora de submissão do índio à sociedade brasileira, a Autora desenvolve o texto a partir das concepções indígenas sobre educação e história o que está acontecendo com o Projeto Escolas de Índios em Pernambuco. Esperança

A Constituição brasileira de 1988 reconheceu o Brasil como uma sociedade pluriétnica e multicultural, inaugurando novas formas de relacionamento entre o Estado brasileiro e as sociedades indígenas. Assim, a década de 1990 assiste ao nascimento de um conjunto de leis, decretos, portarias, com vistas a proteger, fortalecer, valorizar o patrimônio, os saberes e as diversas práticas culturais dos grupos indígenas.

Reconhece-se que a escola nas áreas indígenas, fruto do contato entre índios e brancos, seja nas mãos de missionários seja sob a responsabilidade do Estado, contribuiu para o sucesso do empreendimento colonial e serviu como instrumento de submissão dos indígenas à sociedade nacional.

Dessa forma, entende-se que a escola, para se constituir num instrumento a serviço dos povos indígenas, precisa reconhecer que antes dela própria ser introduzida nas sociedades indígenas, estas já elaboravam seus sistemas de pensamento, modos próprios de produzir, armazenar, expressar, transmitir, avaliar e reelaborar seus conhecimentos e concepções de mundo, suas relações sociais e com a natureza. Criavam processos para transmitir seus valores, crenças, saberes, padrões de relacionamento social, garantindo sua reprodução e sobrevivência física e cultural.

Faz-se assim uma distinção entre escola e educação. A Educação nos



"A Borduna" — escrito e ilustrado por crianças, professores e lideranças, registra a fala, os saberes, o cotidiano das comunidades e escolas indígenas em Pernambuco. O jornal tem permitido a troca de experiências e oferecido informações aos povos e à população em geral.

povos indígenas é, pois, o processo pelo qual se forma o tipo de homem e de mulher que, segundo os ideais de cada etnia, corresponde à verdadeira expressão da natureza humana, e envolve todos os passos e conhecimentos necessários à formação de indivíduos plenos nestas sociedades.

Com essas leituras, entendimentos, conceitos e concepções várias organizações vêm trabalhando com esse tema

escolas indígenas

ncia
oril

provento posar la
uma solicitação: 33
na da República na
com o objetivo de
uma possível ação
na contra o Estado
O Ministério Público
também autorizou
dos dois públicos, o
com o objetivo de
purar uma possível
e administrativa em
u em princípios de
do ao impedimento
acesso à cidade de
de e repetição de
sometida copias a
indígena

0

OS 500
TELA

do ainda mais todos
da 200



Xucuru – Filhos da Mãe
Natureza

Recontando a história
Escrito por professores, lide-
ranças depois de um ano de
pesquisas, com ajuda de vá-
rios especialistas, o livro conta
a versão da história do
Xucuru. Hoje é usado por
lideranças nos seus encontros
e nas salas de aula com o
suporte das atividades dos
professores.

“Educação Indígena – se
aprende mesmo é na comuni-
dade” é assim que os profes-
sores vão nos mostrando o
caminho que deve seguir a
educação escolar entre seus
povos.



no Brasil. Algumas com mais de vinte
anos, outras com trabalhos mais recen-
tes, somando-se às orientações que
têm sido elaboradas pelo MEC me-
diante a Coordenação de Apoio às Es-
colas Indígenas, mais recentemente,
que por sua vez vem recebendo asses-
soria de pesquisadores, estudiosos e
indigenistas e dos próprios indígenas
que trabalham nesse campo. É assim
que com a contribuição desses diver-

sos atores tem-se hoje no Brasil uma
legislação educacional que muito se
aproxima das reivindicações dos povos
indígenas, definidora de diretrizes,
princípios, características da educação
escolar indígena.

A primeira exigência de se desen-
volverem práticas educativas voltadas
para o interesse das populações indí-
genas é perguntar qual a função que a
escola deve desempenhar naquelas so-

ciedades e a partir daí definir-lhe pa-
drões de organização pedagógica e de
funcionamento. Desde já aparece uma
das características da proposta políti-
co-pedagógica da Escola Indígena, que
é a necessidade de ser elaborada com
as comunidades, para que possa estar
em consonância com os seus projetos
de sociedade.

A escola é invenção cultural e por
isso prática social plena de conflitos e
contradições, palco de disputas políti-
cas, ideológicas, de poder e de saber,
de projetos de sociedades (Monte:
1996, 45). Sua faceta dialética nos faz
pensá-la como possibilidade de ser re-
construída a partir de práticas que ve-
nham fortalecer e afirmar as culturas dos
grupos indígenas, construindo uma es-
cola realmente a serviço desses povos.

Sendo assim, o espaço escolar pau-
tado nos referenciais culturais dos po-
vos indígenas deve ser local para o diá-
logo entre saberes, de troca intercul-
turais, de fortalecimento de identida-
de, de exercício democrático, criação
coletiva e individual. Um sonho pro-
posto para toda escola pública no nos-
so país.

A EXPERIÊNCIA DO PROJETO ESCOLA DE ÍNDIOS EM PERNAMBUCO

Em Pernambuco, vivem oito povos
(xucurus, da Serra do Ororubá, fulniôns,
trucás, aticuns, cambiuás, capinauás,
tuxás e pancararus) com aproximada-

Essas escolas que atendem
aos povos indígenas
distanciam-se da
comunidade onde estão
inseridas, os conteúdos e
metodologias são
elaborados a partir de
outra realidade, sem levar
em consideração que esses
povos têm suas próprias
formas de produção do
conhecimento e princípios
educativos

mente 20.000 índios. É um dos maiores contingentes populacionais indígenas do País. Sobrevivem no interior do Estado, nas regiões do agreste e do sertão, sofrendo com as consequências das condições climáticas e com as perseguições e conflitos na luta pela demarcação de suas terras.

Além disso, são vítimas de preconceitos por não apresentarem os padrões bioculturais divulgados pelo livro didático ou pelos meios de comunicação social que refletem uma imagem de índio, como aquele que 'vive nu', da 'caça e pesca' que fala 'tupiguarani' — características consideradas "de índios puros".

Falam somente o português, com exceção dos fulniôs que falam a língua própria — o iatê. Vivem em 'aldeias', têm como manifestações culturais a dança do toré, a prática do ouricuri; na sua organização social tem a autoridade máxima representada pela figura do cacique e do pajé. É, num processo histórico conflituoso, que os povos indígenas em Pernambuco constroem a sua identidade étnica.

A situação escolar dos povos indí-

genas nos mostra que estamos distantes do parâmetro de qualidade escolar garantido constitucionalmente, pois as aproximadamente setenta e três escolas situadas nos povos traduzem uma realidade de precariedade semelhante às escolas do meio rural. Essas escolas que atendem aos povos indígenas foram denominadas escolas de sítio e tratadas como escolas rurais, e estão expostas a problemas comuns à escola brasileira, como evasão, repetência, baixo índice de aprendizado dos alunos, turmas multisseriadas, sem material escolar, nem salários justos e sem uma rede física adequada. Além disso, distanciam-se da comunidade onde estão inseridas, os conteúdos e metodologias são elaborados a partir de outra realidade, sem levar em consideração que esses povos têm suas próprias formas de produção do conhecimento e princípios educativos.

Nesse contexto o Projeto Escolas de Índios tem desenvolvido atividades no sentido de implementar uma proposta de escola diferenciada entre os povos indígenas em Pernambuco. As ações têm um caráter político educativo, envolvem educadoras e lideranças indígenas, assim como crianças, adolescentes e jovens. O Projeto, uma experiência inovadora, é baseado num plano piloto desenvolvido há quatro anos com o povo xucuru pelo Centro de Cultura Luiz Freire, hoje ampliado para os demais povos no Estado, considerando as suas especificidades, mas também com importantes ocasiões de atividades coletivas e comuns.

Sendo as professoras os agentes

fundamentais da construção de uma escola própria para a realidade indígena o seu processo formativo constitui-se na atividade central do Projeto. O processo formativo que desenvolvemos com as professoras das áreas indígenas não se propõe substituir a ação governamental naquilo que lhe compete oferecer à educação de qualidade para todos, mas pretende fortalecer a identidade étnica dessas educadoras, possibilitar-lhes a organização, promover uma reflexão em torno dos conhecimentos que são importantes para seus povos, desenvolvendo-lhes a criatividade, a curiosidade, a capacidade da crítica, incentivando a pesquisa, o estudo individual e grupal, o gosto pela leitura, a produção de material e a relação com a comunidade.

A organização política é um dos eixos fundamentais do processo de formação. Cada grupo de professoras de cada povo dá forma e perfil às reivindicações, de acordo com sua realidade cultural, por meio das suas organizações. As professoras xucurus criaram em 1997 o Conselho de Professores Indígenas Xucurus (Copixo). Recentemente foi criado um grupo interétnico de educadoras, denominado Conselho de Professores Indígenas do Estado de Pernambuco (Copipe), o que permitiu que o processo de construção da escola diferenciada fosse feito pelos próprios educadores e ao mesmo tempo essa organização tornou-se instrumento fundamental para garantia e conquista de direitos.

O processo formativo dos professores, contribui também para que se-

É a partir das suas formas de pensar e estar no mundo que os índios estabelecem relações com a sociedade nacional, na perspectiva do diálogo, condição essencial da interculturalidade


jam pesquisadores das histórias e dos processos próprios de aprendizagem dos índios a fim de descobrirem coletivamente o conteúdo dos currículos. A pesquisa é conduzida no sentido de identificar elementos da história oral, do cotidiano, das formas de organização de cada povo, de suas comunidades-educativas, o que contribuirá para a indicação dos elementos com vistas à elaboração do currículo. A situação sociolinguística de cada grupo étnico, o espaço e o tempo por onde passam os conhecimentos dos povos são também eixos da investigação.

A formação contribui também para a organização curricular que, por sua vez, tem como linhas mestras as fontes de sustentação, recriação e afirmação da identidade étnica de cada povo. Assim o *território* — como espaço de produção e reprodução cultural, fonte de inspiração para agir e interagir com a natureza e a sociedade — é entendido como lugar de resistência cultural de onde se retira a sobrevivência física e onde se garante a sobrevivência cultural. Nela se mantém a relação com a mãe natureza, se garante a vida comunitária, eixo básico das suas relações sociais e de produção; assim como a *cultura*, suas formas próprias de conviver, de produzir a cultura material, pensar seus espaços e tempo de criar e recriar seus universos simbóli-

cos e os etnoconhecimentos. E é a partir das suas formas de pensar e estar no mundo que os índios estabelecem relações com a sociedade nacional, na perspectiva do diálogo, condição essencial da interculturalidade.

Acreditamos que essas ações contribuem para a formação de professores politicamente ativos e pedagogicamente exigentes, concernentes com os projetos de futuro dos seus povos.

Outra faceta do trabalho, são as articulações e parcerias que fazemos no processo. Como tudo em Pernambuco está para ser feito, nenhuma instituição pode fazer sozinha. Por isso, temos contado com o apoio do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), da Fundação Nacional do (de apoio ao) Índio (Funai), com a Secretaria Estadual de Educação com o Conselho Estadual de Educação e principalmente com os próprios professores e comunidades indígenas como co-autores do Projeto Escola de Índios.

Avaliamos ter dado passos no sentido de construir a Escola desejada. Um dos sinais é que, aos poucos, os professores vão se constituindo autores e produtores de conhecimento, à medida que vêm pesquisando a história e sistematizando os saberes de suas próprias culturas — como podemos ver nas ilustrações deste artigo. 

Eliene Amorim de Almeida, mestranda em Educação da Universidade Federal de Pernambuco e educadora do Centro Luiz Freire.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COMITÊ DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA. *Diretrizes para Política Nacional de Educação Escolar Indígena*: MEC, SCF, DPEF. 1993.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – Câmara de educação Básica *Resolução Nº 03/99 e Parecer nº 14*.
- MELIÁ, Bartomeu. *Educação Indígena e Alfabetização*. Loyola, 1979.
- MEC/SEF. Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas, 1998.
- MONTE, Nietta. *Escolas da Floresta*. Multiletra, 1996.
- OLIVEIRA, João Pacheco.(org.) *A viagem da volta: Etnicidade, política e reelaboração no Nordeste Indígena*. Contra Capa. Rio de Janeiro. 1999.
- . *Atlas das Terras Indígenas do Nordeste*. PETI/Museu Nacional. 1993.

Joel Zito Araújo

Fugimos ao melodrama clássico e inventamos uma novela bastante brasileira para a televisão. Não se conseguiu, porém, fugir à tendência que perpassa os textos telenovelísticos a afirmarem um branqueamento que nos nega a qualidade de povo de muitas raças. Tantos e tão grandes avanços da telenovela brasileira não a libertaram de laivos racistas que o Autor denuncia



J.R. Ripper

Cena rara nas novelas e na mídia em geral: negras e negros ativos, cidadãos atuantes

A telenovela brasileira é um produto cada vez mais distante do seu modelo original – o melodrama clássico latino-americano – e das influências da cubana Glória Magadan, a mais destacada autora de telenovelas dos anos de 1960. O dramalhão e suas gatas borralheiras transformadas em cinderelas da noite para o dia, que continua predominando em vários países do nosso continente, se caracteriza pela polarização maniqueísta entre o bem e o mal, com marcada tendência para reafirmar estereótipos e reproduzir as estruturas do conto maravilhoso.

A novela tipicamente brasileira, que teve como marco *Beto Rockfeller*

(1968-69), inovou o gênero principalmente por trazer a vida cotidiana e os problemas de uma sociedade que se urbanizava e se industrializava rapidamente. Ao se aproximar da vida real, ao buscar temas modernizantes, a telenovela no Brasil ampliou, desde o início dos anos de 1970, enormemente o seu público, e virou o produto de maior popularidade da TV brasileira, chegando a atingir 100% de audiência, no capítulo final de *Roque Santeiro*, em 1985.

Ao construir suas características próprias, a telenovela brasileira passou a ter uma história que se confunde em muitos aspectos com a história da so-

cidade brasileira nas últimas décadas. Além da incorporação de histórias tiradas do cotidiano, vários dos seus autores buscaram demonstrar que o bem-estar não é obra do destino e que a realidade social é um espaço de conflitos. Da mesma forma, enfatizaram que as mudanças na sociedade dependem da percepção e mobilização de grupos sociais na defesa de seus direitos e interesses comuns. As tramas passaram a acentuar a convivência do bem e do mal e a demonstrar as manipulações dos grupos no poder, que resultam na impunidade e no rompimento do sistema tradicional de distribuição de prêmios e castigos.

Autores como Benedito Ruy Barbosa, Aguinaldo Silva, Dias Gomes e Gilberto Braga, enfrentaram temas considerados tabus, desafiando o moralismo, os estereótipos e a postura discriminatória de uma parcela dos telespectadores ao discutir questões como o homossexualismo, as angústias do sem-terra, o uso anti-ético do *marketing* político, e ao defender o relacionamento amoroso autêntico entre mulheres mais velhas e homens mais novos.

Assim, a telenovela começou a demonstrar seu potencial de aflorar no dia a dia dos telespectadores temas complexos, tratados tanto em sua carga social quanto em sua dimensão humana e individual. Como o *Rei do Gado*, que trouxe a questão agrária e o MST para o horário nobre com um enfoque distinto do telejornal. No melodrama, o invasor do latifúndio tornou-se trabalhador rural desempregado, vítima da falta de apoio do governo e de uma política agrária. Na ficção, o sem-terra adquiriu um rosto, uma identidade, uma história.

Portanto, ao discutir as relações entre a telenovela e a persistência do racismo no Brasil, de nada serve o preconceito que recusa qualquer qualida-

de neste gênero televisivo classificando-o como um produto inevitavelmente alienante. Acreditamos que uma postura crítica deva levar em conta sua capacidade de operar mudanças, ou pelo menos de induzir e fazer refletir sobre a necessidade de tais mudanças.

O maior problema é que essa incorporação do negro representado nas telenovelas como subalterno normalmente não aparece como crítica, mas como reafirmação de traços naturais das relações sociais do País

Curiosamente, a telenovela brasileira que consegue ser tão modernizante em sua temática ao criticar a corrupção política, a misoginia da sociedade e ao defender a igualdade de gênero, passou ao largo da questão racial brasileira.

De 289 telenovelas levadas ao ar pela TV Tupi e Rede Globo no período compreendido entre 1963 e 1997, personagens negros somente apareceram em dois terços delas. No entanto, o mais trágico foram os papéis reservados para os atores negros. Tivemos, principalmente, 71 empregadas domésticas, 66 escravos, 11 criminosos ou malandros, 9 cozinheiras, 9 motoristas, 6 capangas ou guarda-costas, 6 professores, 6 zeladores de prédios, 4 secretárias, 4 pais ou mães-de-santo, 3 políticos, 2 padres, 2 engenheiros, 1 médico, além de alguns pescadores, boiadeiros e algumas pontas ou rápidas aparições como delegados e juízes. Estes dois últimos normalmente representados por Milton Gonçalves.

Os personagens negros têm apare-

cido marcadamente como representações da subalternidade e marginalidade em que continua vivendo uma parcela da população afro-descendente na sociedade brasileira. O maior problema, é que essa incorporação do negro representado como subalterno normalmente não aparece como crítica, mas como reafirmação de traços naturais das relações sociais do País.

Poucas vezes os negros são representados em situações socialmente ascendentes: arrumando um bom emprego, vestindo-se elegantemente, falando línguas estrangeiras, tendo um romance com outra pessoa do seu mesmo grupo racial, ou com um personagem branco de sua mesma classe social. Raramente encontramos famílias negras. O que parece significar que poucos autores foram sensíveis à mobilização política e social dos negros brasileiros. Mas o mais preocupante é ver que dificilmente os papéis reservados para atores negros conseguem ultrapassar 10% do total do elenco de uma telenovela – excluindo aqui, naturalmente, as novelas com histórias passadas no período da escravidão.

Este quadro, obtido em nossas pesquisas, levou à conclusão de que mais grave do que a persistência do mito da democracia racial é a invisibilidade do negro na sociedade brasileira representada pela telenovela. Atestando assim que a força da ideologia do branqueamento, este instrumento criado pelas elites brancas do século XIX para eliminar a nossa condição de país multirracial, encontrou um poderoso cúmplice, e mais algumas décadas de sobrevivência, no gênero dramatúrgico que mais sucesso faz no horário nobre da TV brasileira. ☺

Joel Zito Araújo, cineasta e doutor em Comunicação, professor do mestrado da Universidade Anhembi.

Objetividade e autoridade jornalística

Ana Paula Goulart Ribeiro

Somos chamados a “dar um passeio” pela história do jornalismo que foi “literatura sob pressão” chegou a “espelho da realidade”, acomodou-se ao “mito da objetividade”. Depois um “novo modelo” que não afastou a intenção política. Por fim a agradável surpresa de uma lição sobre discurso e arena

Os meios de comunicação constituem, nas sociedades contemporâneas, uma das mais importantes instâncias de produção da vida social. Mas os *meios* são uma realidade multifacetada, que pode ser abordada por diferentes aspectos. Seus produtos são muito variados, possuem cada um deles lógicas próprias de funcionamento. Neste artigo, vamos nos deter em apenas um desses produtos, o discurso jornalístico, que a nosso ver merece destaque no processo do que vem sendo chamado por alguns autores de *mediatização da cultura*.

UM MODELO DE JORNALISMO

O discurso jornalístico assume, diante de outros discursos, um papel hegemônico no trabalho de investimento de sentido sobre a realidade. Apresenta-se e consegue se impor como o principal semantizador dos acontecimentos e das transformações do social. Mas, como esse discurso consegue se sobrepor a outros discursos, inclusive os acadêmicos?

Nossa hipótese é a de que o jornalismo se constituiu como um dos principais campos discursivos do nosso tempo, fundando sua legitimidade social e sua deontologia, ancorado num certo modelo — centrado nos conceitos de objetividade e imparcialidade. Esse modelo — de inspiração norte-americana — foi implantado no Brasil na década de 1950, de forma pioneira no Rio de Janeiro, pelo surgimento de alguns jornais inovadores,

como a *Última Hora* e a *Tribuna da Imprensa*, e pela reforma de outros periódicos antigos, como o *Diário Carioca* e o *Jornal do Brasil*.

Até a segunda metade do século XX, o jornalismo no Brasil se confundia com a literatura. Era considerado um subproduto das belas artes, e definido como ‘literatura sob pressão’. Os periódicos seguiam então o modelo francês de jornalismo, cuja técnica de escrita permitia o livre desenvolvimento dos estilos pessoais. Os jornais, além disso, eram profundamente ideológicos, militantes e panfletários. O objetivo deles, antes mesmo de informar, era tomar posição, tendo em vista a mobilização dos leitores para as diferentes causas. A imprensa, um dos principais instrumentos da luta política, era essencialmente de opinião.

Na década de 1950, inicia-se um processo de autonomização do jornalismo em relação à literatura e à política. A imprensa deixa de ser definida como um espaço do comentário, da opinião e da experimentação estilística e começa a ser pensada como um lugar neutro, independente. O jornalismo não é mais visto como um gênero literário de apreciação de acontecimentos. Passa a ser reconhecido como um gênero de estabelecimento de verdades. Se, antes, havia sido o lugar do comentário sobre as questões sociais, da polêmica de idéias, das críticas mundanas e da produção literária, agora, ele passava a ser o ‘espelho’ da realidade.

Influenciada pelo modelo norte-americano, a imprensa começou a formalizar uma série de procedimentos técnicos de redação, um conjunto de restrições associadas tanto à *linguagem*, quanto à *estruturação do texto*. As novas regras se impuseram aos chamados gêneros informativos (notas, notícias e reportagens) e passaram a marcá-los pela impessoalidade, pelo anonimato, pelo distanciamento enunciativo em relação ao universo de referência.

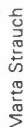
verbal passou a ser, de preferência, o indicativo. Os adjetivos e as aferições subjetivas teriam que desaparecer, assim como os pontos de exclamação e as reticências.

Na estruturação da notícia, adotou-se o *lead*, que era a abertura do texto, o primeiro parágrafo, que deveria trazer o resumo do fato principal, respondendo a seis perguntas básicas: quem? fez o quê? quando? onde? como? e por quê?. O *lead* veio substituir o “nariz de cera”, texto introdutório longo e rebuscado, normalmente opinativo, que antecedia a narrativa dos acontecimentos e que visava ambientar o leitor. A antiga técnica geralmente usava uma linguagem prolixa, narrando os acontecimentos a partir de uma ordem mais ou menos cronológica. Narração, comentário e análise se confundiam.

Começou-se a adotar também a “pirâmide invertida”. De acordo com esta técnica narrativa, o texto noticioso deveria ser estruturado segundo a ordem decrescente de interesse e relevância das informações, de maneira que o leitor tivesse acesso aos dados essenciais sobre o acontecimento nos parágrafos iniciais, caso não pudesse ler a matéria até o final.

Paralelo às mudanças redacionais, também o aspecto gráfico se transformou, com o desenvolvimento de novas técnicas de diagramação. O potencial narrativo se enriqueceu devido às múltiplas associações que passaram a se estabelecer entre as imagens e os textos (manchetes, legendas e a notícia) e as imagens entre si.

Nesse período, surgiu também um novo conceito de fotojornalismo,



Até a segunda metade do século XX, o jornalismo no Brasil se confundia com a literatura. Era considerado um subproduto das belas artes, e definido como 'literatura sob pressão'

baseado na idéia do instantâneo e do flagrante. As abordagens se tornaram mais naturalistas, com o repórter intervindo menos na cena, sendo menos intrusivo e mais discreto. As fotos posadas foram sendo substituídas pelas imagens que privilegiavam o momento, a situação. A fotografia deixou de ser meramente ilustrativa dos textos e passou a ser também informativa.

Os anos de 1950 marcaram também o processo de profissionalização da imprensa. O aumento dos salários permitiu que o jornalismo deixasse de ser um bico, uma ocupação provisória. Aos poucos foi desaparecendo a figura do aventureiro, que fazia do jornalismo apenas um lugar de reconhecimento ou que buscava no jornal a possibilidade de ascensão social por meio de negociações, suborno e chantagem. Os jornalistas foram adquirindo um sentido de categoria profissional diferenciada da dos literatos e da dos políticos. A criação do ensino superior de jornalismo foi um passo fundamental nesse processo.

O PODER DO DISCURSO JORNALÍSTICO

Acreditamos que o efeito de objetividade e neutralidade do discurso jornalístico — produzido a partir das novas técnicas e das novas concepções estéticas e profissionais — foi um dos grandes responsáveis pela acolhida

que ele passou a ter. A própria intenção (ou presunção) de objetividade se tornou, para quem consumia notícia, uma certa garantia.

Além disso, mesmo que se critique a objetividade jornalística como um efeito ilusório, não se pode negar sua *ancoragem factual*. Normalmente, não costuma haver deformação ou mentira cabal em relação aos fatos concretos: nomes, datas, acontecimentos não são criados ou inventados. Mas a ancoragem nos fatos, que confere ao discurso jornalístico legitimidade, também não é transparente e palpável. Baseia-se essencialmente na confiança, posto que raramente os leitores podem verificar *in loco* a veracidade dos acontecimentos relatados. De onde vem essa credibilidade do jornalismo?

A objetividade e a ancoragem factual conferem ao texto jornalístico eficácia simbólica, não há dúvida, mas não se pode esquecer que o poder das manifestações lingüísticas não é apenas lingüístico. A autoridade com que se reveste a linguagem vem de fora dela, do contexto extraverbal. O seu poder reside nas condições sociais de sua produção e de sua recepção. No caso, reside no próprio campo jornalístico e nas suas relações com a sociedade global.

Na década de 1950, o jornalismo carioca (e, posteriormente, todo o brasileiro) criou o imaginário da objetividade e da referencialidade e com ele construiu a expectativa dos seus leitores em torno dessas idéias. Antes das reformas jornalísticas, ninguém esperava que jornais fossem neutros e objetivos. A sua função era comentar os acontecimentos e, nesse movimento, era considerado normal que expressasse pontos de vista particulares.

Ao se tornar hegemônico, o modelo norte-americano sofreu um processo de adaptação e naturalização. For-

malizado como técnica em manuais de redação e em livros didáticos, passou a ser ensinado nas faculdades como instrumento necessário para o exercício da profissão. Esses procedimentos discursivos deixaram de ser vistos como arbitrários, no sentido de ser um entre outros possíveis.

É interessante observar que esse paradigma de jornalismo tem dado, nos últimos anos, evidentes mostras de esgotamento. O fazer jornalístico, impulsionado pela ética do consumo e da sedução, guia-se atualmente por regras diferenciadas. Muitos dos critérios, métodos e formas de se fazer notícia têm sido abandonados, em prol de um outro tipo de produção. A imprensa diária tem retomado antigas fórmulas narrativas. Além de apelar à técnica literária dos diálogos e da descrição de cenas do cotidiano, tem promovido a intensificação do comentário. O mito da objetividade, além disso, parece profundamente abalado com a crise da modernidade. A sua hegemonia já foi exaustivamente criticada pelos teóricos da comunicação e pelos próprios jornalistas.

Acreditamos, no entanto, que a idéia de objetividade ainda é uma das grandes responsáveis pela acolhida que o jornalismo tem. A mídia espetaculariza, fragmenta, pulveriza — profundamente marcada que está pelos procedimentos da contemporaneidade — mas também resguarda a legitimidade da representação objetiva.

OS LIMITES DO NOVO MODELO

A imprensa dos Estados Unidos serviu como um referencial para a do Brasil, mas esta continuou a se pautar por uma lógica diferente daquela. Os procedimentos e ideais norte-americanos serviam aqui para fazer outras coisas. Numa certa medida, funcionavam como um alibi, como um mecanismo

A orientação do jornalismo brasileiro em direção a um modelo informativo/objetivo se o afastou da literatura, não o impediu de continuar a exercer uma função nitidamente política

para legitimar — num novo contexto — o exercício de velhas práticas.

A orientação do jornalismo brasileiro em direção a um modelo informativo/objetivo se o afastou da literatura, não o impediu de continuar a exercer uma função nitidamente política. As grandes crises do período pré-1964 e o papel da imprensa na sua emergência e desenrolar (desde a do dramático suicídio de Vargas até a deposição de João Goulart) demonstram que os jornais não cessaram de atuar na cena política. Não apenas no sentido em que expressavam posicionamentos e opiniões, mas no sentido em que intervinham diretamente na condução dos acontecimentos.

As transformações dos anos 1950 apontavam para uma autonomização do campo jornalístico, mas este — tal como se configurou historicamente no Brasil — jamais conseguiu se autonomizar totalmente em relação à política. Devido a características do mercado jornalístico, o apoio a determinados grupos ou ao Estado ainda é essencial para garantir a sobrevivência de algumas empresas, com créditos, empréstimos, incentivos fiscais ou mesmo publicidade.

Apesar disso, o campo jornalístico — ao recusar vínculos explícitos com a literatura e a política — transformouse numa comunidade discursiva própria e criou as condições sociais da sua

eficácia. As reformas da década de 1950, por isso, representaram para a imprensa a construção de um lugar institucional que lhe permitiu, a partir de então, enunciar ‘oficialmente’ as verdades dos acontecimentos e se constituir como o registro factual por excelência.

Afinar os jornais aos padrões norte-americanos, ainda que apenas retoricamente, significava inseri-los formalmente na ‘modernidade’. No contexto dos anos de 1950-60, significava conferir ao campo jornalístico um capital simbólico sem precedentes, significava fazer do seu discurso uma ‘fala autorizada’ e transformar a imprensa em um ator social reconhecido.

POLIFONIA DISCURSIVA E HEGEMONIA

Não podemos nos esquecer, entretanto, de que, apesar de serem essencialmente políticos (traduzindo interesses específicos de determinados grupos econômicos e mesmo do Estado), os jornais refletem processos ideológicos complexos, que ultrapassam em muito o âmbito do político-partidário. A começar porque os discursos presentes nos jornais não são monológicos (como, aliás, nenhum discurso o é). Em qualquer situação textual, coexiste uma pluralidade de representações que não se funde na consciência dos locutores, nem se reduz às determinações editoriais das empresas jornalísticas.

As enunciações jornalísticas, por isso, não podem ser vistas apenas como suporte de doutrinas ou visões de mundo, expressão estabilizada das concepções de um dado grupo social. O discurso jornalístico, como qualquer forma de discurso, é arena, território de conflito, lugar de trabalho. Se determinados significados (ideológicos) se impõem sobre outros, isto não se dá

de uma forma automática, mas como resultado de processos de produção de sentido, que são sempre dinâmicos, incessantes, instáveis. Exatamente por isso, o poder daquele que controla os discursos não é nunca alguma coisa plástica, calma e tranqüila. Necessita de um trabalho constante de atualizações e reatualizações.

Os discursos jornalísticos são, a despeito da lógica que lhes rege a produção e o funcionamento, um domínio de certa forma aberto e relativamente instável. Menos do que um ponto de vista, são uma zona tensional. O seu sentido nunca se fecha totalmente, esse é um princípio fundamental. Isto porque o seu significado não é dado apenas pela sua materialidade textual, mas também pelo processo social de sua circulação e consumo. Os diferentes usos e apropriações dos receptores em relação às matérias jornalísticas escapam à previsão dos seus produtores e a toda e qualquer possibilidade de controle.

Afirmar isto não significa negar o poder da mídia. Muito pelo contrário. Significa dizer que a sua hegemonia se faz por processos muito mais complexos do que os apontados pelo pessimismo apocalíptico da Escola de Frankfurt. E que pensar os meios de comunicação (especialmente os jornalísticos) criticamente exige um refinamento teórico e conceitual que ultrapasse a pura demonização desse universo da produção cultural, que é, de resto, o dos tempos em que vivemos.



Ana Paula G. Ribeiro, doutora em Comunicação e pesquisadora.

Produção e disputas

Laerte Magalhães

Discutindo os “contratos de leitura”, a escolha das fotos (instântaneas, posadas, de arquivo), na linha dos mesmos contratos, este texto aponta demarcações bem claras na leitura de um mesmo fato jornalístico — o projeto de reeleições majoritárias em que, a partir do presente, se antecipava o futuro com relação à presidência

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende empreender uma análise dos discursos de capa das revistas *Veja* e *IstoÉ*, tendo como invariante referencial a cobertura do projeto de reeleição para cargos majoritários, no Congresso Nacional. A partir desta categoria utilizamos um recorte mais restrito, o de capas das revistas semanais de informação *Veja*, especificamente.

Trabalhamos com o método da Semiologia dos Discursos Sociais, que considera a análise semiológica a partir do comparativo entre dois ou mais discursos, ressaltando-se marcas enunciativas, regular e sistematicamente

identificadas na superfície discursiva, onde se verificam diferenças e traços constitutivos das vozes que permeiam os seus dispositivos de enunciação. A análise semiológica tem por fim indicar e descrever as operações que determinam a posição do enunciador e, por consequência, a do enunciatário e de co-enunciadores, nos discursos. Embora trabalhemos neste texto com apenas cinco exemplares, três de *IstoÉ* e dois de *Veja*, já estamos realizando estudos com capas destas duas revistas há algum tempo, o que nos permite falar em contrato de leitura (regras de estratégia definidas em cada título da imprensa), levando-se em conta a regularidade e sistematicidade com que se apresentam determinadas marcas discursivas numa e noutra revista.

Este gênero jornalístico, parece, à primeira vista, igualar os periódicos entre si, mas, no entanto, as revistas apresentam diferenças bem demarcadas no plano de seus contratos de leitura. E no que toca às imagens de capa como matéria signifiante, entendemos que os processos de edição e diagramação, que cimentam os discursos do jornalismo impresso, se sustentam a partir da escolha entre três categorias fotográficas, cujas características enunciativas são muito diferentes: em primeiro lugar a foto *instantânea*, extraída da realidade, como fato ou personagem, pelo ato fotográfico, não autorizado do foto-repórter; depois, a *foto posada*, em que por um trabalho de composição elaborada, fotógrafo,

modelos e objetos organizam-se em ambientes adequadamente produzidos, para servir ao fim específico do consumo de massa; por fim, a conhecida *foto de arquivo*, de origem flagrante ou posada, mas que por uma operação enunciativa de natureza retórica, serve a objetivos outros, como por exemplo, de fundo semântico genérico em que vão repousar sentidos pretendidos de determinados enunciados verbais.

O material fotográfico para constituir-se em atividade languageira, matéria discursiva, passa por um processo de predicação, quando sua iconicidade adquire a qualidade iconográfica, pelo uso de títulos, legendas, cores ou quaisquer outros dispositivos gráficos. À subjetividade fotográfica é atribuída uma predicação, dotando-a de sentido.

Gostaríamos de advertir que este trabalho, como resultado de um processo de estudo, longe das certezas absolutas, está emaranhado em dúvidas. Pensamos, no entanto, que estas incertezas são de fato o que nos estimula a produzi-lo. Há sempre a expectativa de que a crítica nos ponha a trilhar melhores e mais seguros caminhos. Ou mesmo pelo que nos ensina Jakobson, “o desacordo revela antinomias e tensões dentro do campo em discussão e exige novas explorações”. Afinal, diferentemente da política e da religião, nos quais se resolvem as questões pelo voto e pelo dogma, o pensamento sistematizado da inquietação e da busca da ciência defronta-se sempre

de sentido na mídia

com novas perguntas e quase nenhuma certeza, no lugar das respostas.

OPERAÇÕES DE ENUNCIÇÃO NO DISCURSO DA REELEIÇÃO

Dia 15 de janeiro, as duas revistas abordam o tema da reeleição de modo muito parecido. *Veja* traz o título, “Inteligência emocional”.

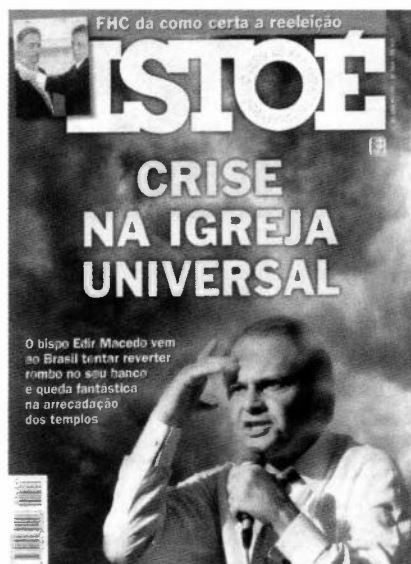


O Presidente Fernando Henrique ergue o braço do vitorioso candidato Fernando Henrique (canto superior esquerdo da capa).

Modos de antecipação: nos discursos de *Veja* predominam as imagens de fundo semântico, com a construção do sentido, nitidamente, por efeito computacional, simulando fotos instantâneas. O jogo a que se refere já tem um ganhador, segundo aponta a imagem/discurso em que o atual presidente ergue o braço do virtual/futuro presiden-

te. Não apenas pelo ato de erguer o braço, *representando* a vitória no ‘jogo’ do ringue, que este ato significa, por certo, a vitória da primeira votação no congresso da emenda da reeleição, mas, pela faixa presidencial que os dois portam: presente e futuro. A faixa presidencial é um símbolo que tem o seu lugar, o seu sentido, no cerimonial de assunção à presidência, portanto, num tempo determinado: após a eleição e a confirmação de sua vitória. Neste sentido, o discurso já empossa o futuro presidente. O título-legenda propõe revelar o que está em jogo, sem questionar o que a imagem (re)apresenta. Isto, é indiscutível.

A revista *IstoÉ*, traz o título, “Crise na Igreja Universal”.



O presidente Fernando Henrique põe a faixa presidencial no candidato Fernando Henrique. Embora um pou-

*co menor, a localização na capa (canto superior esquerdo) e a repetição de quem elege quem é a mesma, tanto na *Veja* quanto na *IstoÉ*.*

Este sentido está também, mostrado de outro modo, na imagem (selo) que traz a *IstoÉ*, no qual até mesmo a revista se apossa de uma possível fala do próprio presidente/candidato para confirmar: “FHC dá como certa a reeleição”, como quer, ao mesmo tempo em que dá posse ao futuro presidente, no presente, eximir-se de ser o sujeito produtor deste sentido: é Fernando Henrique quem diz, não a revista. Ocorre que, no ato de antecipar a cerimônia de posse, ao pôr a faixa presidencial no presidente (ainda não eleito), o discurso revela o mesmo sentido, corroborando-o.

Curioso que, do ponto de vista gráfico, a construção do discurso não leva em conta o movimento de leitura (da esquerda para a direita), como símbolo do movimento temporal (presente/futuro), como faz, por exemplo, a imagem de *Veja* em que presidente/candidato ergue o braço do presidente empossado. No discurso da *IstoÉ*, o que estaria no lugar do presente (na ordem de leitura, acima citada), está à direita, enquanto o que estaria no lugar do futuro encontra-se à esquerda. No discurso de *Veja*, há uma encenação de sentido propriamente constituída, não apenas na posição (esquerda-presente/direita-futuro), mas também na própria expressão dos dois Fernandos. O da esquerda (presente) está feliz, mas

contido em seu sorriso; o da direita (futuro), está sorrindo abertamente, como alguém que de fato acaba de ser empossado na presidência da República. Talvez, mais do que isto, alguém que lutou por isto. Daí o intertexto que remete ao discurso do ringue.

Poderíamos dizer que mesmo tratada como um selo, embora sugira uma outra opção de capa, como já dissemos, o discurso referente à reeleição apresenta uma riqueza de sentidos que se manifestam na convocação das *múltiplas polifonias*, para usar uma expressão ao gosto do professor Fausto Neto, chamando à cena, emissores como o próprio Fernando Henrique, uma vez que o seu duplo (a representação da representação do sujeito da enunciação) mostra e demonstra o empenho do próprio presidente no processo da reeleição. Ele seria o principal ator e beneficiário da reeleição. No entanto, esta narrativa não é do presidente, tampouco o é da revista, mas de todos os emissores que participam do discurso em pauta: editores, redatores e de uma certa 'opinião pública'/leitor da revista, que acompanhou o processo de debate e votação no congresso, até mesmo de uma parcela considerável de deputados e senadores (de oposição ou não). Para dar expressão a estas vozes, o discurso convoca outros emissores como repórteres fotográficos, diagramadores, a instituição cerimonial, o 'jogo do ringue' e, poderíamos hoje até falar de voz da tecnologia, visto que a perfeição da fotomontagem só foi possível pelo desenvolvimento tecnológico da informática. Penso que o primeiro grupo de vozes citadas participam do que se cha-

maria de intertextos ou polifonia no sentido das vozes que aparecem na superfície do discurso e externas a ele. O segundo grupo participa de modo implícito, compõem a própria técnica de construção discursiva, opera no interior do discurso. Não estou trabalhando com os conceitos de heterogeneidade discursiva de Authier-Revuz, portanto não cabe nem comentá-lo, para não confundir.

Na edição de 22 de janeiro, só a *IstoÉ* traz a reeleição como enquadramento predominante.



A revista insinua a interferência do senador Antônio Carlos Magalhães e do filho, Luiz Eduardo, no processo de votação do projeto de reeleição do presidente Fernando Henrique.

O discurso de *IstoÉ* denuncia o aprisionamento do candidato à família Magalhães, mostrando a preocupação dele, enquanto Antonio Carlos (pai) e Luiz Eduardo (filho), tramam às suas costas. Na verdade, a família Maga-

lhães é símbolo de uma força política maior, que 'amarra' o presidente/candidato: o Partido da Frente Liberal/PFL. O discurso em estudo intenciona mostrar o dilema do presidente que deseja se reeleger mas teme as consequências dos compromissos assumidos com um partido conhecidamente fisiológico, e representando esse partido, o senador e o filho.

Na edição do dia 5 de fevereiro, passada a primeira votação, as duas revistas voltam a tratar do assunto na capa. A *Veja* mostra o presidente em cena íntima, diante do espelho, a quem pergunta: "E agora, Fernando?"



A *Veja*, numa imagem bem produzida, sangrada, mostra desta vez o presidente, da direita para a esquerda, refletido no espelho.

Utilizando-se de uma foto de fundo semântico que simula pose, *Veja*, mesmo sem ser explícita, também revela intimidade ao dirige-se ao presidente, chamando-o pelo primeiro

nome em vez de referir-se ao posto que ocupa, como seria de se esperar, para perguntar-lhe: “E agora, Fernando?” Um efeito de reconhecimento, em que é parafraseado o poema de Calos Drummond de Andrade, “E agora, José?”, que se tornou famoso na voz do cantor Paulo Diniz. De outra forma, esta relação é revelada quando também, imaginariamente, o emissor penetra a intimidade do presidente para testemunhar o seu drama pessoal, ao testemunhar o momento em que diante do espelho o presidente/candidato pergunta-se: “E agora, Fernando?” O enunciador, íntimo, mostra-se no subtítulo: “Com a conquista da reeleição, começa a parte mais difícil do governo FHC.” Percebamos a sutileza deste primeiro enunciador, este que por uma operação de enunciação, a pretexto de mostrar o que pensa o presidente (o segundo enunciador), mostra-se, revela-se. Mais do que isto, revela seu modo de interpretar a vaidade do presidente, consultando-se diante do espelho.

Se antes foi construído o discurso para mostrar que o presidente elege o candidato, agora, trazendo à tona um antigo discurso que fala da solidão do poder, o enunciador, mostra Fernando Henrique, tido e havido como uma pessoa vaidosa, a consultar a si mesmo, sobre o que fazer após a sua vitória na votação do projeto de reeleição. Este modo de mostrar, referencia a fábula da Branca de Neve, a figura da madrastra que consulta o espelho no anseio de ouvir ser a única no mundo com tanta beleza. A figura da madrastra, principalmente nesta fábula encarna as duas interpretações acima cita-

das, a solidão, que a torna maquiavélica, e a vaidade, que a faz bastar-se a si própria. Aí também pode estar o intertexto do conto *O espelho*, de Machado de Assis, no qual o posto de *alferes* elimina o *homem*, que é salvo da solidão pelo espelho. Ao lhe restituir a alma exterior, a imagem de alferes simboliza o poder e as regalias do posto em negação ao homem em conflito que ali está. Enfim, vários enunciadores perpassam a cena discursiva, contribuindo com suas vozes para que se exponha o lado humano de um personagem que se repete patética e dramaticamente na vida e na literatura.

A *IstoÉ*, mostra, no quadrante inferior direito, o presidente, sorridente, de costas para o plenário do Congresso, onde aparecem, emergindo do fundo escuro, parlamentares da base de apoio ao presidente, eufóricos com a vitória, provavelmente.



A revista reafirma a opinião de que o presidente, até então, investira todos os seus esforços na aprovação de sua própria reeleição.

Modos de celebração. Quando a *IstoÉ*, por exemplo, reconhece a vitória do presidente na sua luta pela aprovação do projeto de reeleição, o emissor, a seguir, cobra trabalho (“Muito bem: agora, ao trabalho”), donde se pressupõe que Fernando Henrique até então não trabalhou, não fez outra coisa a não ser se empenhar para a aprovação do referido projeto. O subtítulo chega a dizer qual seja o trabalho que o governo não tem realizado: “Aprovada a reeleição, o governo precisa concluir as reformas.” Dito deste modo, sobre a imagem de euforia no congresso, dos partidos que possibilitaram a vitória do presidente/candidato. A voz de comando é a de um emissor participativo/cúmplice, que por esta condição pode se colocar num lugar de cobrança e de ordem. O convite ao trabalho revela uma cumplicidade na vitória, o que lhe garante o direito de cobrar trabalho e de ordenar que aquele momento é de passar a recuperar o tempo perdido. Como quem diz: “Você queria, eu participei e garanti a sua vitória, então, agora vamos ao trabalho.” A cumplicidade continua, desde que haja trabalho, que sejam aprovadas as reformas.

CONCLUSÕES

Ao enfaixar o presidente, a mídia não apenas antecipa o resultado da votação do Congresso Nacional, da emenda da reeleição, antecipa a própria campanha política, desvelando as intenções de um presidente/candidato e, mais ainda, dá posse a esse candidato, antecipando, por fim, a sua vitória eleitoral. Ao tempo em que busca revelar que o atual presidente Fernando Henrique é

Esta cumplicidade na campanha e o posterior afastamento, após a vitória, são um jogo que se revela nos discursos em análise, como simulacro de uma realidade política de barganhas e compromissos nos embates eleitorais, nas disputas pelo poder político

o principal cabo eleitoral do “futuro presidente Fernando Henrique”, a mídia compartilha do esforço empreendido por este no sentido da reeleição. Participa, na condição de depois passar a cobrá-lo, mostrando, após a primeira etapa vitoriosa da emenda, que o governo ainda não trabalhou e que é hora de trabalhar (*IstoÉ*), ou a inquiri-lo, “E agora, Fernando?” (*Veja*). Esta cumplicidade na campanha e o posterior afastamento, após a vitória, são um jogo que se revela nos discursos em análise, como simulacro de uma realidade política de barganhas e compromissos nos embates eleitorais, nas disputas pelo poder político. A mídia revela por sua discursividade as suas práticas políticas, suas relações de compartilhamento e afastamento, de coerções no plano do real. *Representação* também no sentido teatral.

No processo, o fato de a revista *IstoÉ* ter tratado sozinha do dilema do presidente/candidato, apontando para a família Magalhães, como principal empecilho para as pretensões de Fernando Henrique Cardoso, revela não apenas o silêncio de sua principal interlocutora, a revista *Veja*, como provoca, por um certo estranhamento, uma sensação de desvio de disputa. Ao desfocar a emenda, para centrar-se

num detalhe do seu entorno, a pretexto de desnudar as dificuldades da pessoa do presidente, expondo as pessoas representativas da família Magalhães e, ao mesmo tempo, apagando o partido (PFL), como principal vetor dos compromissos assumidos, *IstoÉ*, deixa transparecer no seu discurso, uma certa personalização, com alvos bem definidos em sua mira: Antonio Carlos e o filho Luís Eduardo. O estranhamento vem do que aí se revela e que não é o caso de se ir adiante, além do que está mostrado pelo processo de promoção e de rejeição, na produção discursiva em análise.

Daí se conclui que, embora participando da cobertura dos mesmos assuntos, das mesmas pautas, as duas revistas pleiteiam posições no mercado de consumo simbólico, disputando sentido, mediante estratégias enunciativas bastante demarcadas, o que nos revela enunciadores e enunciatários distintos: a *IstoÉ* toma posição política, quando, por exemplo, ataca “a família Magalhães”, por meio da qual atinge o PFL. Donde se pode deduzir que o seu receptor-alvo participa do segmento de leitores que não simpatizam com a referida família e, por conseguinte, com o partido a que se filiam o senador Antônio Carlos Magalhães e o filho Luís Eduardo.

A construção do sentido nos discursos de capa de *IstoÉ* não tem a mesma elaboração que, por exemplo, tem *Veja*. É mais descuidada, não atentando para convenções de leitura visual, que constituem culturalmente a produção do discurso gráfico. Exemplo disto são, segundo nos referimos, as posições esquerda/direita como lei-

tura de presente e futuro, que estão perfeitamente demonstradas no discurso de *Veja* e invertidas no discurso da *IstoÉ*, nas edições do dia 15 de janeiro. Mesmo na edição da vitória, do dia 5 de fevereiro, o presidente está de costas para o plenário do Congresso onde os parlamentares comemoram a vitória na votação. Esta marca aponta para um receptor não muito exigente, talvez, não tão informado.

Ao contrário, *Veja* prima por estas convenções e só rompe com elas quando tem o interesse de subverter o sentido, o que comprova a intencionalidade no ato discursivo. Tanto na edição de 15 de janeiro, em que apresenta o presidente erguendo o punho, como signo de vitória, no jogo da reeleição, do virtual futuro presidente, quando o da esquerda (presente) sorri de modo contido enquanto o da direita (futuro) esboça um sorriso largo de vitória; também na edição do dia 5 de fevereiro, o Fernando Henrique vitorioso está à direita, de volta para o outro, à esquerda (no espelho). Sem dúvidas a construção do sentido obedece a uma gramática que tem sustentação na cultura do *design* gráfico e na psicologia da percepção.


Por todos estes pontos postos, nos arriscamos a afirmar que o discurso de *Veja* aponta para um emissor mais refinado, mais bem informado e, por conseguinte mais exigente. Um receptor que tanto pode estar num partido quanto noutro, principalmente, naqueles que dão sustentação política ao governo. Ao mesmo tempo percebemos que, ao perguntar ao presidente “E agora, Fernando?” no simulacro da consciência dele, o discurso é mais

Embora participando da cobertura dos mesmos assuntos, das mesmas pautas, as duas revistas pleiteiam posições no mercado de consumo simbólico, disputando sentido, mediante estratégias enunciativas bastante demarcadas, o que nos revela enunciadores e enunciatários distintos

afetuoso e sinceramente cordial. Enquanto *IstoÉ* vai direto à ferida, localizando-se, como parceira do processo, vai duro e diretamente ao assunto: "Muito bem: agora, ao trabalho". O presidente é lembrado da participação da revista, ao lado de seu interesse no processo, e é mostrado ao receptor idealizado o afastamento, o não alinhamento à pessoa do presidente. O discurso aponta para um receptor que o que deseja é trabalho, mais especificamente, empenho para que sejam aprovadas as reformas (aprovada a reeleição o governo precisa concluir as reformas).

Entendendo o espetáculo da mídia impressa como uma construção estética, percebemos que *Veja* executa seu espetáculo discursivo com maestria, utilizando-se das vozes constituintes do discurso gráfico visual, para realizar os seus planos metalingüísticos textual e imagético com investimento de sedução plásticas, a despeito de concordar ou não com suas posições, de um modo geral. Enquanto que *IstoÉ* tem em sua espetacularidade a parcialidade, a simulação de receptores cúmplices. Neste sentido seus discursos

tanto estimulam adesões quanto rejeições mais claramente.

A representação nos discursos mais elaborados tem algo de teatral. Não é apenas um recorte da realidade que o emissor (re)apresenta, como um duplo do real. É uma encenação em que a situação de comunicação e o universo discursivo participam como cena e cenário de uma história possível. Apresentam-se enunciadores diversos com suas diversas vozes para remontar o discurso com motivações de afetos e de sedução. A cena discursiva é claramente sedutora e interpela o receptor pelo olhar, por sua condição de *voyeur*, apresentando-se como representação mesma de um real recriado. Fernando Henrique diante do espelho é claramente uma encenação do sentido. Ele colado de costas para os parlamentares é uma bricolagem. Uma montagem evidente no jogo da história da imprensa e da política. 

Laerte Magalhães, doutorando em Comunicação e Cultura e pesquisador, UFRJ.

BIBLIOGRAFIA

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 421 p.
- _____. [Volochninov]. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995. 197 p.
- _____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense, 1981. 275 p.
- _____. *Questões de literatura e de estética; a teoria do romance*. São Paulo: UNESP/Hucitec, 1993. 439 p.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989. 294p.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 408p.
- JAKOBSON, Roman. *Lingüística e comunicação*. pp. 118-162. São Paulo: Cultrix, 1994. 162p.
- NETO, Antônio Fausto. *Mortes em derrapagem: os casos Corona e Cazuza no discurso da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991. 161p.
- PINTO, Milton José. *As marcas lingüísticas da enunciação: esboço de uma gramática enunciativa do português*. Rio de Janeiro: Numen, 1994.
- _____. "Semiologia e Imagem". In: *A encenação dos sentidos – Mídia, cultura e política*. pp. 141-157, Rio de Janeiro: Diadorim/Compós, 1995. 338p.
- _____. "Contextualizações". In *O indivíduo e as mídias*, Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. 385p.
- _____. *Enunciação e Imagem*. Escola de Comunicação – UFRJ, Núcleo de Pesquisa em Comunicação de massa – NUPEC, 1997.
- _____. *Discursos de Opinião em Jornais Cariocas: Receitas de Editorial*. Escola de Comunicação – UFRJ, Núcleo de Pesquisa em Comunicação de massa – NUPEC, 1997.
- _____. *1982: O Ano em que a Standard Elétric se fantasiou de papagaio*. Escola de Comunicação – UFRJ, Núcleo de Pesquisa em Comunicação de massa – NUPEC, 1994.
- Revista *VEJA*, edições números 1.478 e 1.481, nº 2 e 5, São Paulo: Editora Abril, 15 e de janeiro e 5 de fevereiro, de 1997.
- Revista *ISTOÉ*, nº 1.424, 1.425 e 1.427, São Paulo: Editora Três, 15 e 22 de janeiro, e 5 de fevereiro de 1997.
- VERON, Eliseo. *Le Hibou*. In *Communications*. Paris: Seuil, 1978. 125p.
- _____. *A produção do sentido*. São Paulo: Cultrix / Edusp, 1980. 238p.
- _____. "L'espace du soupçon". In: Dubois, Dh & Winkin, Y. *Langage et ex communication*. Louvain-la-Neuve: Cabay, 1982.
- _____. "Quand lire c'est faire: L'énonciation dans le discours de la presse écrite". In: *Sémiotique II*. Paris: IREP, 1983.
- _____. "Que voit-on du monde? – Images dans discours de l'information". In *La Recherche Photographique – Histoire-esthétique*, núm. especial, 7, Paris: Editions Huzan, 1989.

O complô do silêncio na mídia

Alberto Dines

O livro *Memórias das Trevas – uma devassa na vida de Antonio Carlos Magalhães*, de João Carlos Teixeira Gomes, o Joca, tem 766 páginas das quais cerca de 700 tratam do senador Antonio Carlos Magalhães e do carlismo, um dos fenômenos políticos-mediáticos mais importantes do Brasil contemporâneo.

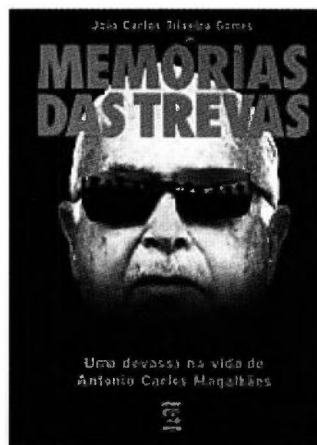
Bem escrito, primorosamente investigado e documentado – por isso fascinante – *Memórias das Trevas* é um facho de luz, flagrante de corpo inteiro sobre os mistérios que envolvem um político que manda e desmanda neste país há quatro décadas. Com o apoio de expressivos setores da intelectualidade dita ‘de esquerda’.

Apesar dos evidentes méritos e da crença de que no Brasil existe liberdade de expressão, autor e obra estão sendo vítimas da mais esmerada Conspiração de Silêncio já articulada desde os tempos da censura.

A mídia nacional e regional (com a honrosa exceção de *IstoÉ*), apoiada pela máquina administrativa do Senado e o governo da Bahia, jogou-se numa operação escancarada para abafar a repercussão do livro. Na semana de lançamento (20-28 de janeiro) saiu apenas uma única matéria reproduzindo as revelações do livro e traçando o perfil do autor, um dos mais importantes intelectuais da Bahia. E esta matéria saiu na *IstoÉ*.

Uma entrevista do autor para *Valor*, com duração de uma hora, saiu tão escondida, mas tão escondida que

Um texto curto e agudo como um grito de apelo e de atenção. É também a contrapartida de “Conspiração do Silêncio articulada desde a censura”. Se a mídia se comprometeu com o silêncio barganhado nos meandros da deslealdade aos leitores, nestas páginas o Autor se compromete na defesa dos mesmos leitores



pode ser considerada como caso de estudo sobre a inocente técnica de ‘matar’ um assunto fingindo que está sendo promovido.

Nos demais veículos, o silêncio. Ou, quando não, material de descrédito sutilmente inserido como ‘fato jornalístico’ mais relevante do que o pró-

prio lançamento da obra: insinuações de que a editora Geração Editorial foi financiada pelos adversários de Antonio Carlos, depois a barragem de releases sobre um livro impresso pela gráfica do próprio senador para desancar seu desafeto, o senador Jader Barbalho. Solertes manobras para enfiar *Memórias das Trevas* dentro do contexto da disputa pela presidência do Senado.

Mentira: o livro está sendo escrito há alguns anos e resulta de uma luta que Joca vem travando há três décadas contra o carlismo, conforme está amplamente documentado ao longo das suas 766 páginas.

Quando Mario Sergio Conti revelou num trecho perdido de seu *Notícias do Planalto* que havia um pacto de sangue entre Antônio Carlos e uma das eminências pardas de *Veja*, hoje badalado colunista de oposição, não poderia imaginar que estava desnudando e iniciando o desmonte de uma das mais comprometedoras relações entre fonte e veículo na moderna imprensa brasileira. Longe de beneficiar o leitor, ao longo de vinte anos o pacto *Veja-ACM* serviu para dar cobertura às andanças do político baiano no período mais importante da sua incrível ascensão, dando-lhe a aura de triunfo, inexpugnabilidade e eficiência para esmagar adversários e jornalistas independentes.

Este inocente pacto de fidelidade, estendeu-se a 90% da mídia por força de dois poderosos vetores conjugados:

a consolidação do Cartel Brasileiro de Mídia articulado em torno do Grupo Globo e, graças a isso, o fortalecimento do grupo que então controlava *Veja*, hoje incrivelmente entranhado não apenas na mídia impressa (semanal e diária) como na Internet e até em fundações culturais. Temos assim a justaposição de poderosos interesses politico-empresariais do Grande Cartel com as perversidades da Pequena Máfia, diabólica engrenagem de promoção e silêncio centrada em torno da figura do senador.

Quando Joca revela como Antônio Carlos Magalhães deu a NEC de mão beijada à Rede Globo e ganhou, em troca, para a sua repetidora de TV a programação da 'Vênus Platinada', está revelando um dos tentáculos menos conhecidos do Cartel, porém já desmascarado: as grandes empresas jornalísticas regionais, com um par de exceções, são as associadas às repetidoras da TV Globo, do Amazonas ao Rio Grande do Sul. Isto significa que a imprensa regional – esteio de uma sociedade informada e organizada – está atrelada aos interesses globais ou de seus parceiros. E como o faturamento de uma repetidora estadual de uma das maiores redes da TV mundial é incomparavelmente maior do que o de jornais regionais, pode-se afirmar que a nossa imprensa regional funciona *de facto* como satélite dos interesses políticos, pessoais, empresariais e hegemônicos da Globo e de seus apaniguados.

Resta perguntar: como explicar a participação de respeitáveis jornalões como a *Folha de São Paulo*, *Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e um semanário com a força de *Veja* neste complô contra um livro de tamanha importância? Respostas:

- O proprietário da *Folha* (apresentado como *publisher*) é amigo pessoal

de Antônio Carlos. A relação iniciou-se nos tempos da ditadura e consolidou-se quando ele o informava pessoalmente sobre o agravamento do estado de saúde de Tancredo Neves, dando à *Folha* enorme vantagem sobre os demais jornais. O senador continua oferecendo à *Folha* valiosos subsídios informativos mesmo que, aparentemente, os dois estejam em campos políticos opostos (ele, teoricamente, na base governista e o jornal teoricamente independente). Em troca, algumas gentilezas como o sepultamento ostensivo de *Memórias das Trevas* ou afagos aviltantes. Como este de convidar Antônio Carlos para lecionar no curso interno de jornalismo da *Folha*, com direito a foto em página ímpar (*Folha de S. Paulo*, 24/1/01, pág. A 5) — uma nódoa na formação moral dos futuros jornalistas.

- A relação ACM-Estadão é mais ideológica, menos pragmática. Mas é firme e funciona em mão dupla. Antônio Carlos freqüentemente 'sopra' *insights* para os editoriais do jornalão, embora o autor das tiradas seja o tal colonista do "pacto de sangue" (aliás brigado com o jornal e, por isso, vangloria-se do seu poder). O *Estado de S. Paulo* só se referiu às *Memórias das Trevas* em notas curtas na coluna de fofocas.

- O caso do *Jornal do Brasil* é um mistério: triturado pelo rolo compressor do Grupo Globo (cujo jornal roubou-lhe alguns de seus mais famosos colaboradores), em situação financeira reconhecidamente precária, o jornal carioca tem tudo para destacar-se do Cartel e ousar posições efetivamente independentes. Como aliás está fazendo *IstoÉ*, cuja situação não é das mais agradáveis. As críticas do *JB* à Globo são tímidas, seu comportamento no caso de *Memórias das Trevas* e de seu protagonista, até o momento, é lamen-

tável. O que faz supor que o senador baiano é dono de algumas varinhas de condão para resolver problemas até agora irresolvidos.

- A Editora Abril por um lado está 'amarrada' à *Folha* no provedor UOL, uma relação complicada que já esteve perto do rompimento (a *Folha*, por sua vez, está 'amarradíssima' ao Grupo Globo no *Valor*, um projeto que parecia vitorioso por antecipação e que, quase um ano depois, está longe disso). Mas a Abril precisa da Globo para resolver problemas relacionados com a sua infeliz operação de TV. Além disso, mexer agora em Antônio Carlos significa quebrar o *gentleman's agreement* ora em vigor no patronato jornalístico. Significa também levantar o véu do passado, sobretudo nas relações do senador com as pessoas que comandaram a revista por tanto tempo.

Resta perguntar: o que está acontecendo com o brilhante grupo de opinionistas de esquerda, heróis da resistência, hoje a serviço de *O Globo* e *Época*? Calar-se no lamentável episódio de *Laços de Família* vá lá — intelectual não gosta de tratar de novela. Mas ignorar este formidável trabalho jornalístico e calar-se diante da monumental radiografia do protótipo do caudilho de direita é perturbador. Onde estão os bravos comentadores da mídia que gastaram tanto espaço para enaltecer *Notícias do Planalto*? A luz verde agora está vermelha?

Estes são mais alguns elementos a serem acrescentados a um eventual apêndice da futura reedição de *Memórias das Trevas*. ☞

Fonte: www.observatoriodaimprensa.com.br

Da surdez da comunicação

Ivone Gebara

Da constatação dolorida de estarmos cercados de uma polifonia surda que nos esfacela o íntimo, arrasando-nos com ruídos, sons, vozes, informações, versões de um mesmo fato, sem chances de ouvir a alma — uma fala profeticamente denunciadora — até a utopia da perplexidade que convida ao ouvir de novo para sair da “surdez polifônica”

No momento em que as tecnologias mais apuradas de comunicação se desenvolvem de forma espantosa, vivemos num estado de *surdez* crescente. A afirmação parece ao mesmo tempo contraditória e incômoda sobretudo nesta época de exaltação de nossa capacidade comunicativa.

Não se trata de uma atitude pessimista em relação à humanidade, mas sim de uma perplexidade que se apropria de mim, me espanta em relação a mim mesma e a meus semelhantes.

A surdez que se alastrou no meio de nós não é detectável pela tecnologia que desenvolvemos neste último século. A tecnologia que produzimos não tem condições de captar a complexidade da nova opressão que toma

conta de nós. Poucas pessoas conseguem descobri-la e denunciá-la com firmeza, embora seu vírus tenha se espalhado por todos os seres humanos. Essa surdez é parecida com a cegueira da qual fala José Saramago, em seu *Ensaio sobre a cegueira*, uma cegueira branca que tomou conta de homens e mulheres e pôs a claro sua grandeza e sua mais vil miséria.

Agora, por analogia, trata-se de uma surdez polifônica. O excesso de ruídos, sons nos ensurdece. O excesso de vozes falando ao mesmo tempo, o excesso de informações e interpretações nos confundem. O excesso de versões sobre o mesmo acontecimento nos espanta. Mas, esse ensurdecimento é com frequência imperceptível e aí está seu maior perigo. Muitas vezes ele nos dá a ilusão da audição, da comunicação, da rapidez da informação, do conhecimento das coisas. Na realidade essa comunicação esconde a grave e triste surdez de nossos tempos, a surdez para certos sons que deveriam ser ouvidos. A comunicação se torna igualmente uma sedutora distração que nos dá um verniz sobre muitas coisas e impede a consciência crítica sobre nossa existência.

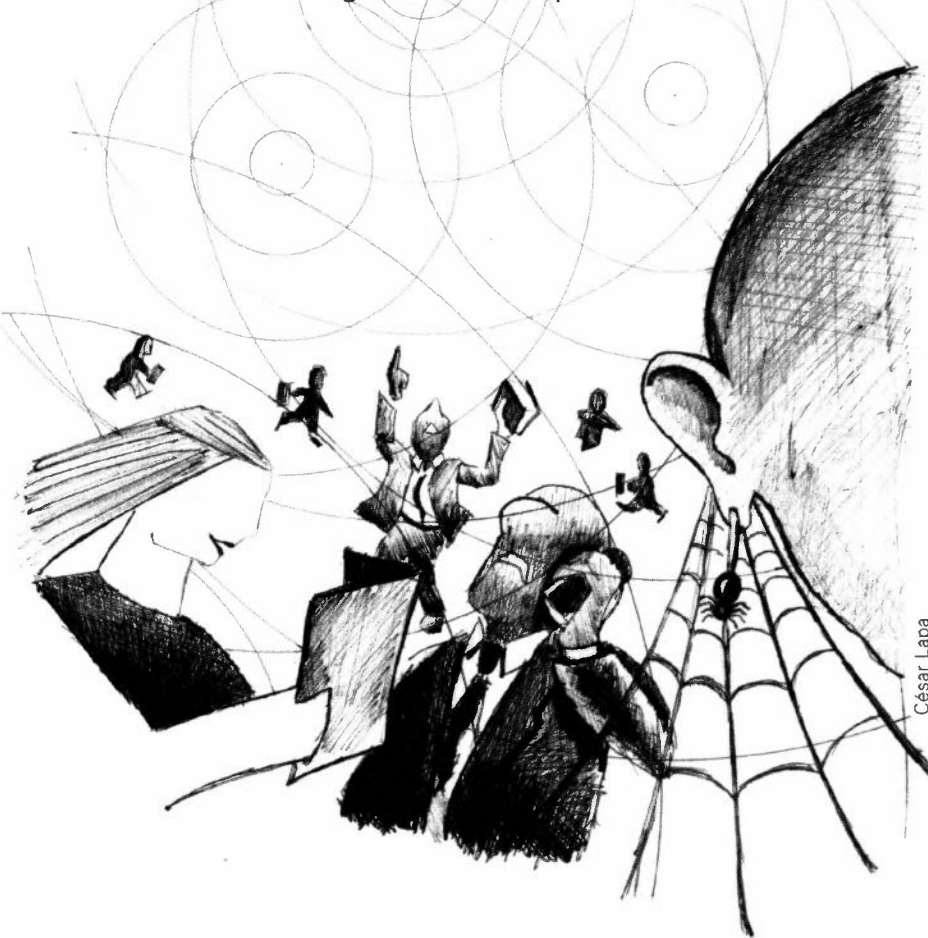
É como se vivêssemos uma nova forma de alienação em nós mesmas. Habitamos a linguagem, somos linguagem e comunicação e no entanto, dessa realidade profunda que somos estamos nos separando, nos alienando, nos perdendo, nos destruindo. A surdez polifônica abafa alguns sons e in-

tensifica outros. Sensibiliza e insensibiliza os ouvidos ao mesmo tempo. Esclarece e confunde na sucessão de afirmações, interrogações e negações. Ouvem-se muitas coisas, porém, não há qualidade de comunicação. Cada um pensa que ouviu o outro, a outra, mas na realidade esteve encarcerado em si mesmo.

Ouvem-se vozes, sons, ruídos materiais que vibram em nossos ouvidos... Distraímos-nos com sons e imagens coloridas... Não sabemos viver sem elas. Elas fazem parte integrante de nosso cotidiano. Comemos e bebemos com elas e até adormecemos acalentados por esses sons mágicos que parecem nos proteger das vozes interiores que nos amedrontam. Esses sons e imagens são o objeto de nossas conversas; são a mediação da realidade cotidiana na qual vivemos. Conversamos sobre a versão dos fatos ou sobre os programas “enlatados” que nos são oferecidos. Depois mudamos de assunto sem necessariamente nos comprometermos com os acontecimentos de nosso país e dos outros. A comunicação torna-se uma espécie de *divertissement* (passa-tempo) para utilizar um termo de Pascal.

Surdez polifônica! São os sons que nos obrigam a ouvir que nos tornam muitas vezes surdas às vozes que precisamos ouvir. É o mau uso das apuradas tecnologias que nos perdem de nós mesmas e aguçam a vontade de viver sempre no ruído. Nos iludimos pensando que este é o mundo da co-

O mundo globalizado perdeu as almas e agora só fala dos corpos materiais na sua multiplicidade e diferença como "coisas" de mercado. O mundo globalizado tem consumidores de sons e de imagens sem alma, sem aquela poesia que aspira ao encontro, à comunhão, à conversa comum, à originalidade, à paz



municação! Mas, sinto que esta é muitas vezes uma comunicação alienante, uma comunicação sem alma.

Não sabemos mais escutar a 'alma'. Não deixamos mais falar a 'alma'. Não ouvimos seus sussurros e balbucios vitais. Matamos a poesia e os suspiros da alma! Da alma? O que é mesmo a alma? Imaginem falar de alma quando já se falou da superação de todos os dualismos das filosofias antigas, de todas as divisões entre o corpo e uma alma imaginária!

Em pleno século XXI já não exis-

tem almas! O mundo globalizado perdeu as almas e agora só fala dos corpos materiais na sua multiplicidade e diferença como "coisas" de mercado. O mundo globalizado tem consumidores de sons e de imagens sem alma, sem aquela poesia que aspira ao encontro, à comunhão, à conversa comum, à originalidade, à paz. No consumismo diário as impressões vêm e vão como se não conseguissem tocar o mais profundo de nós mesmas. A alma é essa metáfora que tenta expressar o que há de mais profundo em nós.

Metáfora que tenta revelar os nossos desejos mais bonitos, nossas esperanças pessoais e coletivas. A alma é a forma poética para falar de nossos sonhos, de nossas utopias, de nossas aspirações, de nossa intimidade.

A surdez polifônica não permite mais o dualismo. Ela foi além dele. Superou-o. Ela foi capaz de criar oposições infinitas. Acabou esfacelando o mais íntimo das pessoas, tornando seus tímpanos insensíveis à voz do mais profundo que existe no outro e em si mesmo. A surdez polifônica é a doença de nossos tempos. Tem manifestação múltipla e variada. Não tem origem única. Não nasceu hoje. Possui raízes milenares. Está em todos os lugares e ao mesmo tempo. Começa em casa, continua na escola, no trabalho, nas empresas, nas igrejas e vai se alastrando como uma doença que nós mesmos produzimos e reproduzimos. A surdez polifônica é extremamente contagiosa. Alimenta-se do individualismo crescente que assola os diferentes grupos sociais e as pessoas particularmente. É respirada no cotidiano das mulheres e homens desde sua mais tenra idade. Ela não descobre o outro, a outra como uma existência em comunicação com a minha e necessária à minha própria sobrevivência. Cria barreiras, divisões, inimizades. Não ama o diálogo, mas promove a Babel para manter seu poder dominador sobre as pessoas.

Hoje cedo fui ao centro da cidade. O ônibus estava quase vazio e pude ouvir a conversa de dois homens sentados à minha frente. Um falava sem parar dos problemas que tivera no trabalho e como tinha sido injustamente despedido. O outro parecia ouvir, mas não demonstrava interesse naquela fala nervosa. De vez em quando acenava afirmativamente com a cabeça. De repente se levantou e comunicou ao

outro: “Esta é minha parada, até mais tarde”.

Ontem assisti à conversa de Talita, minha vizinha de cinco anos, com o pai, sentados no chão da calçada em frente ao portão de minha casa. Ela lhe contava de uma dança que aprendera na escola. Se levantou de junto do pai e alegremente moveu o corpo numa ginga ritmada para mostrar o que aprendera. O pai ali sentado não estava lá. Não reagiu. Não disse uma palavra. Não sorriu. De repente me viu sentada na varanda, disse boa noite e mandou a menina para casa dormir.

Perto de minha casa existe um bar. Nos finais de semana a música é ensurdecidora além de ser de má qualidade. Ninguém conversa. Apenas se bebe, se briga, se grita até a madrugada da segunda-feira chegar e anunciar o fim do barulho. Poderíamos dizer que bar é para isso mesmo, mas será que não haveria um jeito diferente de estar num bar?

Os sem-terra pedem justiça, os sem-moradia gritam por direitos, as mulheres insistem no respeito a seus corpos, as crianças nas ruas falam de seu próprio abandono. Não ouvimos o clamor das florestas destruídas, o último suspiro dos habitantes dos rios e mares. A surdez impede que ouçamos suas vozes!

No século das comunicações, palestinos, israelenses e tantos outros povos em conflito não se comunicam, não dialogam do fundo de seu próprio ser e de sua situação. As máscaras se levantam mantidas pela mentira das grandes potências interessadas em favorecer interesses econômicos e políticos não confessados.

Estamos todos e todas enfermos de surdez! Uma surdez que dissimula e oculta a verdade, que a confunde com a mentira; surdez que maltrata mais os que já estão sendo maltratados pela

vida. A imagem, a aparência, a propaganda são mais valorizadas do que a verdade dos fatos e a verdade individual.

Às vezes me pergunto se não estou mesmo ficando velha (nasci na primeira metade do século passado!) ou pouco sensível ao necessário jogo de cintura da vida e ao lazer que ela exige. Começo a ter dúvidas sobre minha percepção do mundo e sinto-me contagiada pela ‘surdez polifônica’ de outra maneira. A polifonia exacerbada me cansa e angustia. Aspiro pelo silêncio que hoje virou ‘artigo’ de luxo. Busco um lugar para ‘sentir-me em casa’...

Nosso mundo me atrai e me ameaça ao mesmo tempo. Sinto-me cidadã desta terra e também estrangeira. Mas de onde sou mesmo? Qual é a minha tradição, meu passado, meu futuro, meu espaço, meu tempo?

Os meios de comunicação popular enterram os clássicos da música. Ninguém mais aprende a ouvir os sons que saíram da alma, os sons que convidam a apreciar a beleza, a comungar com todos os seres. As músicas estridentes tomam conta das ruas e das praias. Já não se pode mais ouvir o mar, o bramar suave das ondas. Nossas praias de norte a sul estão invadidas por ruídos ensurdecidores convidando a alienação contínua. Já não se ouvem os pássaros e nem mesmo as vozes das crianças brincando na rua. Os motores dos carros e caminhões abafam qualquer musicalidade.

Não há mais claustros de onde se possa sentir um suave odor de incenso e a salmodia de ação de graças. Os ruídos invadiram as igrejas e suas liturgias. Os conventos perderam-se na surdez polifônica que nos assolou. Não oferecem mais boa comida ao viajante, acolhida ao forasteiro, consolo aos aflitos.

Onde estará a única vidente do livro de Saramago ou onde estarão os que estão um pouco menos surdos e ainda são capazes de convidar-nos a ouvir uma outra música? No início de um novo ano, de um novo século, de um novo milênio minha comunicação é de *perplexidade*. Quisera poder falar da esperança anunciada pela revolução da comunicação. Prefiro comunicar a perplexidade. Nela também existe esperança. Sem deixar de reconhecer os avanços de nosso mundo quando se trata de tecnologias de comunicação, a perplexidade corresponde melhor ao meu sentimento de hoje. Ela me convida a extrema necessidade de aprender a ouvir de novo.

Aprender a ouvir de novo para sair da surdez polifônica! Esta parece ser talvez uma saída. E, todo o novo aprendizado é exigente e extremamente difícil sobretudo no início. Aposto que é preciso aprender a ouvir de novo e esse aprendizado poderá ser tão contagiante quanto a surdez. Cada pessoa poderá descobrir novas formas de ouvir e de comunicar-se. O antídoto à surdez polifônica que nos assola virá de todas nós fazendo-nos descobrir a beleza dos sons que ainda não tínhamos ouvido e das novas combinações que poderemos fazer. E mais, aprender a ouvir bem nos tornará também responsáveis pela qualidade de nossa comunicação, comunicação como um dever e um direito na construção da cidadania humana. Lutar contra a surdez polifônica das mais diversas maneiras é minha aposta, minha utopia. ☞

Ivone Gebara, teóloga católica e escritora.

O nosso fórum e o deles

Marcelo Carvalho

Um relato-fala-de-esperança sobre cerca de 14 mil participantes que se reuniram em torno de uma idéia: o pensamento único não é o único, nem no campo econômico, nem no político. E todos resolveram lembrar-se “da fome... do outro”

Há algum tempo não víamos o mundo dividido em dois lados tão claramente demarcados: o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (RS), e o Fórum Econômico Mundial, em Davos (Suíça), de 25 a 30 de janeiro. O planeta, que parecia ter perdido seus centros neste fim/início de século, viveu dias de água e óleo, coisa que só andávamos vendo na cozinha ou nos vazamentos de petroleiros e oleodutos nos oceanos.

Longe da unidade de discursos e pensamento, o Fórum de Porto Alegre abarcou a pluralidade, unificada pela busca de alternativas ao modelo hegemônico. Foram ao todo 4.700 delegados de movimentos sociais e organizações da sociedade, além de prefeitos, parlamentares e ministros de Estado, mais de 1.500 estrangeiros. Aproximadamente 14 mil participantes estiveram nos debates e nas mais de 300 oficinas. Estavam credenciados mais de 1.700 jornalistas, 500 estrangeiros, o que garantiu ampla cobertura da imprensa.

O caminho que levou ao fórum não foi fácil. As forças tradicionalmente

identificadas à esquerda (socialistas, minorias, comunistas, agremiações trabalhadoras e estudantes e outros) pareciam perplexas com o fim do socialismo real na União Soviética ainda no início da década passada. O extraordinário avanço tecnológico, patrocinado em grande parte pelos conglomerados econômicos internacionais, se nos tornou um pouco mais cidadãos do mundo (pelo menos para a minoria que navega na Internet) também pôs o homem em segundo plano. O mundo passou a ser definido por uma nova geografia sem centros ou cidades, mas baseada em endereços eletrônicos. Embevecida pela tecnologia e pelo consumismo, a humanidade se esqueceu da fome... do outro.

Curioso que, em uma situação como essa, o início do milênio tenha recuperado os centros. Pelo menos durante uma semana o mundo voltou a se tornar legível pela polarização de posições. De um lado o encontro anual em Davos dos donos do capital mundial e seus aliados políticos e intelectuais. Do outro, em Porto Alegre, uma frente bastante ampla de grupos que vão desde os que condenam por inteiro o capitalismo aos que identificam um certo mal-estar com relação à atual ordem político-econômica. Mas, se a semana em que o mundo se dividiu tem pontos de contato com a antiga polarização que, entre outras consequências, alimentou a guerra fria entre os EUA e a URSS, ela se diferencia em muitos aspectos. A história, literalmente, é outra.

O capitalismo vem se transforman-

do ao longo dos tempos e hoje possui características bem específicas. Se a produção de bens agrícolas e industriais continua tendo importância, a ciranda financeira internacional domina os mercados. Uma quantidade astronômica de dinheiro virtual, que não existe, circula de bolsa de valores em bolsa de valores, garantindo aos seus possuidores um poder bacana sobre a vida de bilhões. Os grupos à esquerda, desmobilizados, não conseguiram impedir o avanço das idéias neoliberais.

Há séculos não víamos a noção do lucro sem responsabilidade parecer tão vitoriosa. A mensagem era quase natural: “ora, o mercado, não se pode ir contra ele, é o único caminho possível”. Evidentemente, a luta pela hegemonia no mundo cria discórdias entre os donos da Terra, como no Rio de Janeiro, onde a mesma luta pelo poder gera conflitos entre os donos dos morros. As divergências econômicas e políticas entre os poderosos têm sido resolvidas em tratados e não em guerra declarada, como na Primeira e na Segunda Grande Guerra Mundial. Estão sabendo costurar o consenso entre eles, mesmo que ‘à marra’.

“FALE AGORA OU CALE-SE PARA SEMPRE”

Diziam que esse era um jogo de um time só e que a vitória viria por WO (desistência de um competidor). Mas, a partir de 1998 as manifestações em contrário se tornaram mais visíveis. Em maio desse ano milhares de jovens saíram às ruas de Genebra, Suíça, contra o aniversário da OMC (Organiza-

ção Mundial do Comércio). Entre novembro e dezembro de 1999, em Seattle, EUA, 50 mil manifestantes protestaram contra a 3ª Conferência Ministerial da OMC. A prefeitura decretou toque de recolher por quatro dias. Em setembro de 2000, em Praga, República Tcheca, 15 mil manifestantes protestaram contra o encontro do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. O encerramento do evento foi antecipado. Todas as manifestações foram reprimidas com violência e prisões.

Essa movimentação serviu para aflorar o sentimento do contra. Já era hora de um passo adiante, que veio com o Fórum Social Mundial. A nova onda de contraposição ao pensamento único, diferente do que aconteceu em vários momentos no passado, surge não como um bloco único de pensamento e decisões, mas como diversidade. O que se buscou em Porto Alegre foi uma outra atmosfera que não a do pensamento único de esquerda. Foi o momento de afirmar um contraponto não só ao desejo de unanimidade neoliberal, mas também ao passado autoritário de esquerda.

Porto Alegre se envolveu com o evento, muitos mesmo sem saber ao certo o que estava acontecendo. Um motorista de táxi disse exaltado, "eles estão aí no poder e não fizeram nada. É preciso mudar tudo mesmo". Era difícil escolher qual painel ou quais oficinas frequentar, impossível saber tudo o que foi falado, discutido, elaborado. Para os mais metódicos, um desespero. O melhor era admitir que se estava perdendo muita coisa e aproveitar as atividades, para os sortudos que encontrassem uma sala que não estivesse lotada. O Fórum foi palco de manifestações e conflitos. Muitas idéias novas e velhas também. Alguns compromissos finais foram agendados


A partir de 1998 as manifestações em contrário se tornaram mais visíveis.

Em maio desse ano milhares de jovens saíram às ruas de Genebra, Suíça, contra o aniversário da OMC. Entre novembro e dezembro de 1999, em Seattle, EUA, 50 mil manifestantes protestaram contra a 3ª Conferência Ministerial da OMC. A prefeitura decretou toque de recolher por quatro dias. Em setembro de 2000, em Praga, República Tcheca, 15 mil manifestantes protestaram contra o encontro do FMI e do Banco Mundial. O encerramento do evento foi antecipado. Todas as manifestações foram reprimidas com violência e prisões

como a realização anual do evento na mesma data que o Fórum Econômico Mundial, o estabelecimento de Porto Alegre como sede para o próximo e a realização de fóruns regionais.

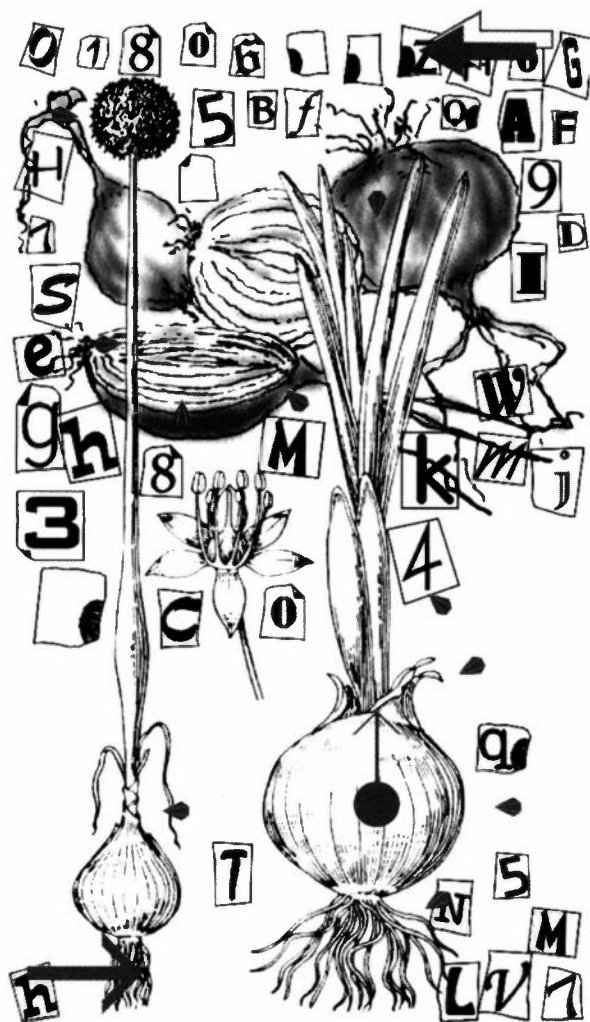
O fórum foi, antes de mais nada, um grande encontro de idéias e experiências. Grande, mas não completo. A cultura e, sendo mais específico, as artes, não tiveram presença marcante. Em meio ao constante vai-e-vem das pessoas, gente de todas as partes do mundo, encontramos o teatrólogo Augusto Boal, criador do Teatro do

Oprimido, carregando seu caos particular sob vasta cabeleira branca. Ele acredita que o evento teve importância capital. "É a primeira vez que se faz uma demonstração tão massiva e tão abrangente de que a maior parte do mundo não está de acordo com o que uma pequena parte anda fazendo. Eu sou contra o ditado que diz que o bom cabrito não berra. Ao contrário, é o que mais alto berra e além do mais ataca." Mas alerta: "a importância da cultura para propor soluções é total. Tudo se faz através da cultura e o que está sendo feito aqui também é um evento cultural. Acho que está faltando cultura nas discussões, mas isso é mais culpa nossa que não nos mobilizamos".

Davos não é uma referência internacional apenas por hospedar os donos do mundo. A cidade serviu de cenário para o romance *A Montanha Mágica*, do maior escritor alemão do século XX, Thomas Mann. No livro, que se passa em um sanatório para tuberculosos, o humanista Settembrini, para quem o homem é o centro inequívoco do mundo, disputa com o jesuíta Nafta a influência sobre o jovem Hans Castorp, da mesma forma que as duas posturas de mundo envolvidas nos dois fóruns disputam o futuro da humanidade. Mann acabou, com seu romance, por antecipar o grande embate entre os que querem dar rostos a números e os que insistem em ver mercadorias em vez de necessidades, lucro em vez de solidariedade. 

Marcelo Carvalho, jornalista. Texto originalmente publicado no *Jornal da Cidadania* nº 98, fev/2001.

Sobre cebolas e escolas



As cebolas ocupam um lugar destacado no meu pensamento. Penso-as, em primeiro lugar, de maneira científica: cebola, bulbo da planta *Allium cepa*, que ocupa um lugar definido na árvore das classificações botânicas. Penso-as, a seguir, de forma culinária: entidades acidentalmente lacrimogêneas, de tamanhos variados, cheiro característico e gosto saboroso, que se prestam a ser usadas em molhos, saladas, conservas e sopas. Penso-as, em terceiro lugar, como metáforas poéticas e descrevo-as, com Neruda, como “rosas de água com suas escamas de cristal”. O quarto uso, acho que é só meu: a cebola me faz pensar filosófica e pedagogicamente.

A cebola filosófica me apareceu ao terminar a leitura do livro de Piaget *Biologia e conhecimento*. Nesse livro ele sugere que a aprendizagem não é apenas um processo lógico: é um processo vital. O organismo aprende para poder “comer” o seu meio ambiente. O que não é vital não é aprendido. Aprender é fazer o corpo crescer por expansões sucessivas. Aí, vapt-vupt, apareceu-me uma cebola cortada horizontalmente. Basta olhar para compreender como a cebola aconteceu: tudo começou num círculo interno mínimo. Em torno dele as outras camadas foram crescendo. Sem saltos. A camada de número 3 só aparece depois das camadas de número 1 e 2. Na cebola não há buracos.

Cebola, metáfora da aprendizagem. Aquele círculo mínimo central é o corpo do aluno. O corpo, a que Nietzsche dava o nome de grande razão, procura aprender o mundo que o cerca a fim de poder apreendê-lo: o meio ambiente deve se tornar comida. Para que o corpo viva. O que não vira comida, o que não é vital para o corpo não é aprendido.

Ela era professora universitária. Passara direitinho pela escola. Ensinar-lhe física elétrica, watts, volts, ohms, circuitos e motores. Tudo no papel. É preciso para passar no vestibular. Não estava mais na sala de aula, onde se fala. Estava na sala da sua casa, onde acontece. As lâmpadas se apagaram. Sentiu-se perdida. A escola não lhe ensinara o que fazer na sua casa. Lembrou-se que o pai, quando as lâmpadas se apagavam, trocava um fusível. Apelou para o filho de oito anos: “Onde estão os fusíveis?” O menino respondeu: “Não tem fusível não, mãe. É disjuntor.” A mãe não sabia o que era disjuntor. Perguntou se fora na escola que aprendera aquilo. O menino disse que na escola não se ensinavam essas coisas da casa. Aprendera com o pai. Aí o menino foi até a

caixa dos disjuntores, viu o que tinha caído, ligou-o de novo e a luz voltou.

A escola ensinara a mãe a resolver problemas da camada número 10 da cebola mas não ensinara a resolver os problemas da camada número 2. Confessou-me depois, meio encabulada, que também não sabia consertar tomadas e interruptores. E nem sabia manusear martelos e chaves de fenda.

Nossas escolas: todos louvam Piaget. Mas não prestam atenção. Esquecem-se de que as categorias lógicas só têm sentido como ferramentas para se compreender o meio ambiente em que se vive.

Tive, então, a idéia de organizar um currículo todo ele baseado no meio ambiente onde a criança vive: a casa. A casa é um maravilhoso lugar de curiosidades. Para quem tem olhos, tudo é divertido. A primeira missão de um professor: ensinar a ver. Na casa, lugar mínimo, começa o mundo.

Física. A física dos materiais. É com materiais que se constroem as coisas — que se constrói o mundo. Madeira, cerâmica, vidro, metal, plástico, tecido, porcelana, papel. Está tudo na casa. Os vários tipos de madeira. Não se esquecer do bambu, do qual o grande especialista é o agrônomo Antônio Salgado. Há lindos livros-arte sobre os bambus. Os segredos das madeiras: desenhos, cores, fibras, cheiros, resinas, gostos: um universo de encantamento. O que se pode fazer com a madeira. Os instrumentos para se trabalhar a madeira: serrotes, martelos, formões, puas, pregos, parafusos. A experiência prática de serrar, pregar, lixar. Se eu colocar a cabeça de um martelo sobre um prego e perguntar a qualquer criança de cinco anos: "Isso vai pregar o prego?" — ela, sem nenhuma informação científica preliminar, responderá: "É preciso bater." Ao dizer isso enunciou, sem saber, a fórmula física "força = massa x aceleração". E aí ela pergunta: "Mas por que você não usa um cabo?" A cabeça da criança já sabe fazer as perguntas das quais nasce a ciência. O pensamento segue as experiências das mãos. Pensa, compara, conclui. Não é preciso comprar brinquedos para ensinar as crianças.

O que sugeri para a madeira pode ser aplicado a todos os outros materiais. Em cada material habita um mundo inteiro de segredos da matéria e de técnicas de artesanato. Os tecidos. Os teares. As agulhas e as costuras (coisa utilíssima, aprender a pregar botões!).

Meus professores tentaram me ensinar física ótica sem nunca me ensinar que espelhos, lentes, caleidoscópios, lunetas e periscópios são brinquedos divertidos. Aprendi isso construindo meus próprios brinquedos, na minha casa. Giambatista Vico (1668-1744) disse que nós só podemos compreender aquilo que nós mesmos construímos. (E ainda há gente que pensa que construtivismo é coisa nova!). Sugiro que os pais, em vez de darem de presente para os seus filhos *video games* idiotas e carros movidos a pilha comecem, com eles, a montar uma oficina polivalente.

Química. Se eu fosse ensinar química para crianças, eu começaria pela cozinha. Idéia antiga. Fiquei sabendo, depois, que um professor francês publicou um livro inteiro sobre o assunto. Começaria pelo fogo. Haverá coisa mais fascinante? Ver o fogo. Saber do seu poder. Prometeu, que roubou o fogo dos deuses. A sua história. A imaginação se acende, como fogo: vamos para a pré-história. O filme *A Guerra do Fogo*. A cozinha foi o primeiro laboratório de química. O fogo e as transformações. Uma química que se aprende com a Babette é inesquecível. É gostosa.

Mas tudo está misturado. A Química cruza com a Física: na cozinha a água ferve, há os gelos, há de se saber sobre temperaturas. A tampa do vidro está dura: basta aquecê-la, ao fogo. A água é o único elemento que se expande, quando esfriado. Flutua, nos rios. Se isso não acontecesse, os peixes morreriam... Os livros de receita. Lindos. Por eles se viaja pelo mundo, geografia: a culinária da Itália, da França, do Japão, da China.

História. "— Papai, conta, como eram os brinquedos no seu tempo de menino!"

Matemática. Está em tudo: no número de ovos da receita, nas compras de feira, no comprimento das madeiras, nos ângulos para o corte, na geometria das formas, no fio de prumo nas paredes, no nível (é divertido aprender a tirar o nível com água e um tubo de plástico transparente, nem precisa falar em vasos comunicantes).

E, sobretudo, a aprendizagem do próprio corpo. Os sentidos. Os prazeres. A arte de ver, de ouvir, de cheirar, de degustar, a arte de tocar. As dores: a topada, o corte, a queimadura, a farpa de madeira, a dor de barriga... Os jeitos de curar o corpo. O médico-mor: o sabão...

Confesso que eu gostaria de ser professor numa escola assim — talvez eu até gostasse de ser aluno. ☺

**Este espaço
está reservado
para você**

ANUNCIE AQUI

TEMPO E PRESENÇA abrange todo o território nacional, com público formador de opinião que pode e deve conhecer seu produto ou atividade

Maiores informações com o Setor de Distribuição pelo telefone (21) 224-6713

ONGS PROTESTAM CONTRA GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS EM DEFESA DOS MEDICAMENTOS GENÉRICOS

Manifestação pública foi realizada no dia 5 de março, em frente ao Consulado Norte-Americano, reunindo representantes de 40 entidades envolvidas no combate à Aids (Sida). Ato semelhante ocorreu ao mesmo tempo na África do Sul, Estados Unidos, Tailândia, França e Inglaterra.

O motivo da manifestação é a queixa apresentada à Organização Mundial do Comércio (OMC), pelos Estados Unidos, contra a lei de patentes do Brasil em fevereiro deste ano, o que pode levar o órgão a instalar um painel de arbitragem para julgar a denúncia.

O argumento do governo norte-americano é de que a lei de patentes brasileira fere o Tratado Internacional de Propriedade Intelectual (TRIPS), uma vez que permite o licenciamento compulsório. Com esse dispositivo legal, o Brasil pode "copiar", em forma de genéricos e similares, os medicamentos de marca, alegando emergência de saúde pública.

A denúncia foi motivada pela repercussão mundial da política brasileira de fabricação local de medicamentos genéricos para a Aids, medida que vem sendo apontada como modelo e única alternativa para garantia do acesso a tratamento nos países pobres, sobretudo do continente africano. Hoje a imensa maioria dos 36 milhões de pessoas que vivem com HIV e Aids no mundo não têm acesso ao coquetel por causa dos preços praticados pela indústria farmacêutica multinacional. O Brasil já estudava iniciar a exportação de genéricos e a transferência da tecnologia para outros países, criando precedentes internacionais que não interessam à indústria farmacêutica.

No momento, cerca de 100.000 doentes de Aids estão em tratamento com anti-retrovirais no Brasil graças à produção dos medicamentos pelos laboratórios nacionais e que são distribuídos gratuitamente pelo governo.

O Brasil iniciou a "cópia" dos medicamentos de marca em 1995. Das doze drogas que compõem atualmente o coquetel anti-Aids, sete são copiadas pelo Brasil, que já tem condição de produzir todas, mesmo as mais recentes, protegidas por patentes. Desde 1997, 146 mil hospitalizações foram evitadas e o número de mortes relacionadas à Aids caiu 50% desde 1996. A produção nacional resultou numa queda significativa de preços. Hoje o custo anual para o tratamento de um paciente de Aids no Brasil é de US\$ 4.137. Nos Estados Unidos, o tratamento *per capita*/ano custa entre US\$ 10.000 e US\$ 15.000 e não é gratuito para toda a população.

A manifestação de 5 de março, organizada pelo Fórum de ONGs/Aids do estado de São Paulo pedirá que os Estados Unidos retirem a queixa contra o Brasil; que a OMC não leve o Brasil a julgamento; e que os organismos internacionais (Organização Mundial da Saúde, UNAIDS, UNICEF, PNUD, Banco Mundial e outros) façam declarações públicas em favor da política brasileira de medicamentos genéricos e da nossa lei de patentes. Novas manifestações serão realizadas em frente aos consulados e à embaixada norte-americana, em Brasília.

Para maiores informações contatar:

Mário Scheffer: (11) 258-7729 e 9944-9560 ou José Araújo: (11) 5084-0255